

**ATA DA 224ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(18/04/2012)**

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e doze, às treze horas, na Câmara Municipal de Londrina, após a constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para a ducentésima vigésima quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** faz uso da palavra e agradece aos vereadores pelo espaço cedido na CML. O conselheiro **Eliel Joaquim** pede uma questão de ordem e diz que ao chegar na CML o vigia lhe informou que os conselheiros não poderiam estar colocando seus carros no estacionamento, por isso, gostaria de pedir ao secretário Edson que encaminhe um ofício junto a CML solicitando a liberação do estacionamento nos dias de reunião do conselho. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** diz que a solicitação do conselheiro **Eliel** será providenciada. **Edson** dá início à reunião e faz a leitura da pauta do dia: **1-13h00- Aprovação da pauta 224ª reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata 223ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2-13h30- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de fevereiro de 2012 – Diretoria Financeira; João Carlos B.Perez. 3-14h15- Aprovação do Plano de Aplicação de recurso do núcleo de saúde do trabalhador de Londrina. Dra Mara F. Ribeiro; 4-14h45- Aprovação do Plano de Ação Anual em VISA 2012- Denise Philippen da Silva. 5-15h15- Aprovação do trabalho da equipe de Consultório de Rua-Ângela M.Gruener Lima.6-15h45- Relatório da comissão da Câmara Técnica.7-16h20- Apresentação e Aprovação do Consórcio Paraná Saúde;8-17h15- Informes;9-17h30-Teto máximo para encerramento.** A conselheira **Maria Osvaldina** faz uso da palavra e informa que não esteve presente na última reunião por motivo de doença. **Osvaldina** prossegue e propõe que o item “**Informes**” seja colocado como terceiro ponto de pauta, já que, segundo lei federal, este item deve ser o terceiro na pauta. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** justifica que o item “Informes” foi colocado nesta ordem devido ao fato de que na última reunião, após solicitação e aprovação do conselho, ele foi o penúltimo item de pauta. **Edson** continua e pergunta se mais alguém gostaria de fazer algum apontamento, e, não havendo manifestações, coloca em votação a **Aprovação da pauta 224ª reunião Ordinária do CMS juntamente com a inversão proposta pela conselheira Maria Osvaldina, feito que é obtido de forma unânime por todos os conselheiros.** O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** dá seqüência à reunião e passa a **Aprovação da Ata da 223ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.** **Edson** pergunta se alguém tem algum apontamento em relação à ata da última reunião. A palavra passa a conselheira **Juvira Barbosa de Souza**, que diz que na linha 437 faltou a letra “N” na palavra “novo”. Não havendo mais manifestações a **Ata da 223ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde é aprovada de forma unânime por todo o conselho.** O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** dá seqüência à reunião e chega ao ponto de pauta seguinte: **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de fevereiro de 2012.** **Edson** passa a palavra ao diretor financeiro **João Carlos Barbosa Perez** para que realize a apresentação. Prestação de Contas referente ao mês de FEVEREIRO/2012, das contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ: 11.323.261/0001-69. ATENÇÃO BÁSICA – Fonte 495. FEVEREIRO/2012: Saldo Inicial. R\$ 4.066.845,56. RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.250.811,59. Despesas Orçamentária+ Restos à Pagar. R\$ 1.455.191,02. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 3.862.466,13. SALDO BANCÁRIO: R\$ 3.862.466,13. SALDO A LIQUIDAR R\$ 866.275,62. ATENÇÃO BÁSICA – 495 - DESPESA POR ELEMENTO. FEVEREIRO/2012. Passagens e Despesas com Locomoção. R\$ 747,00. Contratação por Tempo Determinado. R\$ 523.021,19. Obrigações Patronais. R\$ 97.997,31. Diárias – Pessoal Civil. R\$ 421,00. Material de Consumo R\$ 135.699,29. Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita. R\$ 37.816,40. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. R\$ 2.609,37. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 337.596,61. TOTAL: R\$ 1.135.908,17. **ATENÇÃO BÁSICA – 495 – RESTOS A PAGAR.**

51 DESPESA POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2012. Material Farmacológico R\$ 1.451,61.
52 Material de Expediente R\$ 1.824,00. Material Hospitalar R\$15.373,89. Materiais de Saúde para
53 Distribuição Gratuita R\$ 33.803,42. Material Para Distribuição em Programa de Assistência Social
54 R\$ 40.898,95. Locomoção de Imóveis R\$ 46.500,00. Manutenção e Conservação de Veículos R\$
55 8.848,62. Encargos Financeiros Indedutíveis R\$ 1.767,38. Fornecimento de Alimentação R\$
56 6.505,81. Serviços Postais R\$ 530,26. Vale Transporte R\$ 1.846,16. Vigilância Ostensiva R\$
57 75.251,06. Limpeza e Conservação R\$ 25.697,28. Serviços de Controle Ambiental em Geral R\$
58 2.562,07. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 51.742,34. Aparelhos,
59 Equipamentos e Utensílios Médicos R\$ 4.680,00. TOTAL: R\$ 319.282,85. **MÉDIA E ALTA**
60 **COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - FONTE 496. FEVEREIRO/2012.**
61 Saldo Inicial R\$ 2.767.189,61. Receita Orçamentária. R\$ 16.249.209,29. Despesa Orçamentária +
62 Restos a Pagar. R\$ 13.608.389,31. Deficit/Superávit. R\$ 5.408.009,59. Saldo Bancário. R\$
63 5.408.009,59. Saldo a Liquidar R\$ 5.069.478,90. **DESPESA POR ELEMENTO.**
64 **FEVEREIRO/2012.** Contratação por Tempo Determinado. R\$ 269.515,93. Outros Serviços de
65 Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 273.788,00. Diárias – Pessoal Civil. R\$ 944,00. Passagens e
66 Despesas com Locomoção. R\$ 540,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$
67 11.296.837,98. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas. R\$ 3.292,05. TOTAL: R\$
68 11.844.917,96. **MÉDIA e ALTA COMPLEXIDADE Ambulatorial e Hospitalar - 496.**
69 **RESTOS A PAGAR.** **DESPESAS POR ELEMENTO – FEVEREIRO/2012.** Transferência Para
70 Consorcio Intermunicipal de Saúde – CISMENPAR R\$ 273.788,00. Serviço Médico-Hospitalar,
71 Odontológico e Laboratorial. R\$ 1.485.554,75. Auxílios a Pessoas Físicas – Não Vinculadas a
72 Projetos Incentivados. R\$ 16,80. Aparelhos. Equipamentos e Utensílios Odontológicos R\$
73 4.111,80. TOTAL: R\$ 1.763.471,35. **FONTE 496 – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**
74 **AMBULATORIAL E HOSPITALAR – FEVEREIRO/2012.** Saldo Inicial Conta: (1) Valor R\$
75 2.767.189,61. SAMU Recursos Estaduais – Conta: 201 – R\$ 439.563,17. Tratamento Fora de
76 Domicílio – Conta: 202 – R\$ 2.409,89. CEREST – Conta: 203 – R\$ 183.723,09. Média e Alta
77 Complexidade – Conta: 624020 – R\$ 2.141.493,46. **RECEITAS NO MÊS – Conta: (2) – R\$**
78 **16.249.209,29.** Rendimentos – Conta: (2) – R\$ 47.051,19. MAC. SERV. Prestados R\$ 577.010,40.
79 MAC. Teto Financeiro – Recebido em 08/02/2012. R\$ 10.905.075,33. FAEC - R\$ 3.963.189,11.
80 MAC SAMU – R\$ 298.000,00. MAC – CEO. R\$ 48.400,00. MAC – Outros Programas R\$
81 410.483,26. **TOTAL DA RECEITA – Conta: (1)+(2)=(3) R\$ 19.016.398,90.** **PAGAMENTOS.**
82 **MAIORES PRESTADORES:** Associação Evangélica Benéfico.Londrina – Data: 15 e 27/02/12
83 R\$ 1.071.000,64. CISMENPAR. Data: 15/02/2012 R\$ 1.207.788,00. HISTOCOM NEFROLOGIA
84 S/S LTDA. Data: 17 e 22/02/12 - R\$ 646.925,93. INSTITUTO DO CÂNCER DE LONDRINA.
85 Data: 06, 15 e 27/02/12 - R\$ 1.877.804,23. IRMANDADE SANTA CASA DE LONDRINA –
86 Data: 15 e 27/02/12 - R\$ 2.149.000,17. UEL – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL
87 NORTE PR – Data: 24/02/2012 – R\$ 1.989.700,47. **TOTAL MAIORES PRESTADORES: R\$**
88 **8.942.219,44.** **DEMAIS PRESTADORES: R\$ 2.902.698,52.** **TOTAL PRESTADORES –**
89 **Conta: (4) R\$ 11.844.917,96.** **RESTOS A PAGAR: Conta: (5) R\$ 1.763.471,35.** **SALDO**
90 **PARCIAL: Conta: (3)-(4)-(5)=(6) R\$ 5.408.009,59.** **SALDO A LIQUIDAR: Conta: (7) R\$**
91 **5.069.478,90.** **MAIORES PRESTADORES: R\$ 4.315.929,77.** UEL- HOSPITAL
92 UNIVERSITÁRIO REG. NORTE PR – Data: 05-23-30/03/12. R\$ 2.271.268,78. HISTOCOM
93 NEFROLOGIA S/S LTDA – Data: 08-15/03/12 – R\$ 610.793,68. HOFTALON CENTRO DE
94 ESTUDOS E PESQUISA DA VISÃO – Data: 05-15-20-26/03/12 – R\$ 540.154,56. AMARAL,
95 UTSUMI & YOKOYAMA LTDA – Data: 12-15/03/12 R\$ 465.512,81. CLÍNICA
96 PSIQUIÁTRICA DE LONDRINA – Data: 02-05-23/03/12 – R\$ 227.000,00. CLÍNICA DE
97 FISIATRIA REABIL.LONDRINA S/C LTDA – Data: 15/03/12 – R\$ 201.199,94. **DEMAIS**
98 **PRESTADORES: R\$ 753.549,13.** **SALDO FINAL: Conta: (6-7) R\$ 338.530,69.**
99 **COMPONENTE FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**
100 **AMBULATORIAL E HOSPITALAR – FEVEREIRO/2012.** **SALDO INICIAL: Conta: (1) R\$**

101 2.141.493,46. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Conta: 624020 – R\$ 2.141.493,46.
 102 **RECEITA NO MÊS** – Conta: (2) R\$ 14.868.264,44. MAC Teto Financeiro – recebido em
 103 08/02/2012 R\$ 10.905.075,33. FAEC R\$ 3.963.189,11. **TOTAL DA RECEITA: Conta:**
 104 **(1)+(2)=(3). R\$ 17.009.757,90. PAGAMENTOS - MAIORES PRESTADORES:** Histocom
 105 Nefrologia S/S Ltda. Data: 17 e 22/02/2012 R\$ 646.925,93. Associação Evangélica
 106 Benefic.Londrina. Data: 15 e 27/02/2012 R\$ 1.071.000,64. CISMENPAR. Data: 15/02/12. R\$
 107 1.207.788,00. Instituto do Câncer de Londrina. Data: 06,15 e 27/02/2012. R\$ 1.877.804,23. UEL –
 108 Hospital Universit.Reg.Norte PR. Data: 24/02/12. 1.989.700,47. Irmandade Santa Casa de
 109 Londrina. Data: 15 e 27/02/2012. R\$ 2.149.000,17. **TOTAL MAIORES PRESTADORES: R\$**
 110 **8.942.219,44. DEMAIS PRESTADORES: R\$ 2.354.618,54. TOTAL DOS PRESTADORES:**
 111 **Conta: (4) R\$ 11.296.837,98. RESTOS A PAGAR: Conta: (5) R\$ 1.485.554,75. SALDO**
 112 **PARCIAL: Conta: (3)-(4)-(5)=(6). R\$ 4.227.365,17. SALDO AA LIQUIDAR (SALDO EM**
 113 **29/02/12). Conta: (7) R\$ 5.842.914,12. MAIORES PRESTADORES: R\$ 4.315.929,77. UEL –**
 114 **Hospital Universitário Reg. Norte PR. R\$ 2.271.268,78. Histocom Nefrologia S/S Ltda. R\$**
 115 **610.793,68. Hofalon Centro de Estudos e Pesquisa da Visão. R\$ 540.154,56. Amaral, Utsumi &**
 116 **Yokoyama Ltda. R\$ 465.512,81. Clínica Psiquiátrica de Londrina R\$ 227.000,00. Demais**
 117 **Prestadores: R\$ 1.526.984,35. SALDO FINAL: Conta: (6-7) R\$ -1.615.548,95. VIGILÂNCIA**
 118 **EM SAÚDE – FONTE 497 FEVEREIRO/2012: Saldo Inicial R\$ 2.819.302,56. Receita**
 119 **Orçamentária R\$ 17.595,93. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$ 734.784,97.**
 120 **Déficit/Superávit R\$ 2.102.113,52. Saldo Bancário R\$ 2.102.113,52. Saldo a Liquidar R\$**
 121 **37.096,61. DESPESA POR ELEMENTO - FEVEREIRO/2012. CONTRATAÇÃO POR TEMPO**
 122 **DETERMINADO – R\$ 251.000,00. Diárias – Pessoal Civil R\$ 400,00. Material de Consumo R\$**
 123 **294,59. Passagens e Despesas Com Locomoção R\$ 463,80. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa**
 124 **Jurídica R\$ 18.200,00. SUBTOTAL: R\$ 270.358,39. RESTOS A PAGAR: Gasolina R\$**
 125 **9.450,52. Material de Expediente R\$ 518,00. Material Para Manutenção de Veículos R\$**
 126 **46.112,48. Manutenção e Conservação de Veículos R\$ 855,74. Vale – Transporte R\$ 39.625,30.**
 127 **Limpeza e Conservação R\$ 168.582,30. Veículos Diversos R\$ 199.282,24. SUBTOTAL: R\$**
 128 **464.426,58. TOTAL: 734.784,97. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – FONTE 498.**
 129 **FEVEREIRO/2012 – Saldo Inicial. R\$ 2.671.534,56. Receita Orçamentária. R\$ 19.659,47.**
 130 **Despesa Orçamentária+Restos a Pagar. R\$ 17.565,10. Déficit/Superávit. R\$ 2.673.628,93. Saldo**
 131 **Bancário. R\$ 2.673.628,93. Saldo a Liquidar. R\$ 5.754,38. DESPESA POR ELEMENTO –**
 132 **FEVEREIRO/498. Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita R\$ 14.558,20.**
 133 **SUBTOTAL: R\$ 14.558,20. RESTOS A PAGAR. Materiais de Saúde Para Distribuição Gratuita**
 134 **R\$ 3.006,90. SUBTOTAL: R\$ 3.006,90. TOTAL: 17.565,10. GESTÃO DO SUS – 499 –**
 135 **FEVEREIRO/2012. Saldo Inicial R\$ 1.013.757,39. Receita Orçamentária R\$ 8.398,66. Despesa**
 136 **Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 20.970,00. Déficit/Superávit R\$ 1.001.186,05. Saldo Bancário**
 137 **R\$ 1.001.186,05. Saldo a Liquidar R\$ 0,00. RESTOS A PAGAR: DESPESA POR**
 138 **ELEMENTO. FEVEREIRO/2012. Uniformes, Tecidos e Aviamentos R\$ 4.970,00. Serviços de**
 139 **Assistência Social R\$ 16.000,00. TOTAL: 20.970,00. OBRAS – FEVEREIRO/12. UBS –**
 140 **FONTE 500 – R\$ 818.234,93. Const. UBS Jamile Dequech. FONTE: 352. R\$ 87.650,43.**
 141 **Reforma UBS Vila Brasil. FONTE 353. R\$ 225.052,66. Reforma UBS Mr. Thomas. FONTE: 356.**
 142 **R\$ 24.443,57. TOTAL: R\$ 1.155.381,59. RECEITA ORÇAMENTARIA R\$ 191.756,44.**
 143 **DESPESA ORÇAMENTARIA+RESTOS A PAGAR R\$ 186.011,38. DEFICIT/SUPERAVIT**
 144 **R\$ 1.161.126,65. SALDO BANCARIO R\$ 1.161.126,65. SALDO A LIQUIDAR R\$**
 145 **650.000,00. OBRAS: OBRA – 1. Reforma Ouro Branco / Construção Vila Ricardo – Reforma e**
 146 **Construção. 2. Reforma UBS Vila Ricardo – Reforma. 3. Reforma UBS Mr.Thomas – Reforma. 4.**
 147 **Unidade de Pronto Atendimento III – Construção. 5. UBS União da Vitória – Construção. 6. UBS**
 148 **Vila Sian – Construção.7. Usina Três Bocas – Construção. 8. UBS Padovani – Construção. 9. UBS**
 149 **Ruy Virmond Carnascialli – Construção. 10. UBS Parque das Indústrias – Construção. 11. UBS**
 150 **Paiquerê – Construção. 12. UBS Fraternidade – Construção. 13. Unidade de Pronto Atendimento II**

151 – Construção. 14. Const.UBS Jamile Dequech – Construção. **OBRAS – DESPESA POR**
152 **ELEMENTO – FEVEREIRO/2012. RESTOS A PAGAR:** POSTOS DE SAÚDE – Vila Ricardo
153 e Ouro Branco – R\$ 85.822,63. POSTO DE SAÚDE – Jamile Dequech – R\$ 21.642,02. POSTOS
154 DE SAÚDE – Mr.Thomas – R\$ 78.546,73. **TOTAL: 186.011,38. SERVIÇOS PRESTADOS –**
155 **369. FEVEREIRO/2012.** Saldo Inicial R\$ 1.141.472,94. Receita Orçamentária R\$ 683.883,51.
156 Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 425.914,94. Déficit/Superávit R\$ 1.399.441,51. Saldo
157 Bancário R\$ 1.399.441,51. Saldo a Liquidar R\$ 325.453,60. **SERVIÇOS PRESTADOS – 369.**
158 Despesa Por Elemento – FEVEREIRO/2012. Diárias – Pessoal Civil R\$ 160,00. Material de
159 Consumo R\$ 8.681,44. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$ 201.913,59.
160 **SUBTOTAL: R\$ 210.755,03. RESTOS A PAGAR:** Etanol R\$ 994,25. Diesel R\$ 3.124,95.
161 Outras Despesas com Gêneros Alimentícios R\$ 16.889,80. Material Farmacológico R\$ 1.726,35.
162 Material de Expediente R\$ 714,00. Material de Limpeza e Produção de Higienização R\$ 8.746,00.
163 Material para Manutenção de Bens Imóveis. R\$ 4.507,30. Material Hospitalar R\$ 18.485,62.
164 Material para Manutenção de Veículos R\$ 5.846,40. Despesas c/Viagens e Estadas R\$ 87,80.
165 Locação de Imóveis R\$ 6.500,93. Serviços Técnicos Profissionais R\$ 160,00. Festividades e
166 Homenagens. R\$ 1.421,44. Fornecimento de Alimentação R\$ 40.000,01. Limpeza e Conservação
167 R\$ 95.031,36. Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 30,00. Aparelhos,
168 Equipamentos e Utensílios Médicos R\$ 10.893,70. **SUBTOTAL: 215.159,91. TOTAL: R\$**
169 **425.914,94. RECURSOS DO TESOURO – FONTE 001. FEVEREIRO/2012.** Saldo Inicial R\$
170 9.607,46. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária R\$ 390.462,26. Despesa
171 Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 200.073,09. Déficit/Superávit R\$ 199.996,63. Saldo Bancário R\$
172 199.996,63. Saldo a Liquidar R\$ 29.352,35. **DESPESA POR ELEMENTO –**
173 **FEVEREIRO/2012.** Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 161.947,24. Outras
174 Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 6.630,75. Auxílio-Alimentação R\$ 5.498,04. Sentenças
175 Judiciais R\$ 4.148,40. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 13.369,84.
176 **SUBTOTAL: R\$ 191.594,27. RESTOS A PAGAR:** Auxílio-Transporte R\$ 8.478,82.
177 **SUBTOTAL: 8.478,82. TOTAL: R\$ 200.073,09. RECEITAS VINCULADAS – FONTE 303.**
178 **FEVEREIRO/2012.** Saldo Inicial R\$ 3.879.340,80. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária
179 R\$ 11.877.809,98. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$ 10.484.459,90. Déficit/Superávit
180 R\$ 5.272.690,88. Saldo Bancário R\$ 5.272.690,88. Saldo a Liquidar R\$ 141.263,11. **DESPESA**
181 **POR ELEMENTO FEVEREIRO/2012.** Auxílio-Alimentação R\$ 491.185,74. Contratação por
182 Tempo Determinado R\$ 741.728,89. Contribuições R\$ 61.284,84. Diárias - Pessoal Civil R\$
183 665,00. Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.029,31. Material de Consumo R\$ 500,00.
184 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R\$ 4.300,20. Obras e Instalações R\$
185 48.369,05. Obrigações Patronais R\$ 358.325,23. Obrigações Tributárias e Contributivas R\$
186 2.139,46. Outras Despesas Variáveis – Pessoa Civil R\$ 782.029,59. Outros Serviços de Terceiros –
187 Pessoa Física R\$ 8.768,75. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 526,77. Passagens e
188 Despesas com Locomoção R\$ (503,00). Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$
189 7.941.404,02. **TOTAL: R\$ 10.441.780,85. RECEITAS VINCULADAS – 303 – RESTOS A**
190 **PAGAR. DESPESA POR ELEMENTO FEVEREIRO/2012.** Materiais de Saúde para
191 Distribuição Gratuita R\$ 30.485,70. Multas Indedutíveis R\$ 702,29. Impressos para Divulgação de
192 Serviços, Obras e Campanhas R\$ 4.565,00. Postos de Saúde R\$ 6.926,06. **TOTAL: R\$ 42.679,05.**
193 **TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA – FONTE 510. FEVEREIRO/2012.** Saldo
194 Inicial R\$ 584.679,04. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária R\$ 2.471,78. Despesa
195 Orçamentária + Restos a Pagar. R\$ 286.222,41. Déficit/Superávit R\$ 300.928,41. Saldo Bancário
196 R\$ 300.928,41. Saldo a Liquidar R\$ 8.375,53. **DESPESA POR ELEMENTO –**
197 **FEVEREIRO/2012.** Material de Consumo R\$ 19.422,45. Obrigações Tributárias e Contributivas
198 R\$ 2.401,58. **SUBTOTAL: 21.824,03. RESTOS A PAGAR –** Manutenção e Conservação de
199 Veículos R\$ 9.929,48. Serviços de Energia Elétrica – Não Destinados a Iluminação Pública R\$
200 62.968,92. Limpeza e Conservação R\$ 189.999,98. Aparelhos e Utensílios Domésticos R\$

201 1.500,00. **SUBTOTAL: R\$ 264.398,38. TOTAL: R\$ 286.222,41. RESUMO DOS**
202 **CONVÊNIOS E FONTES DE 2007 – SALDO EM FEVEREIRO/2012.** FONTE: 334 -
203 Descrição da Fonte de Recurso: Convênio 2076/2003 – UBS Patrimônio Regina. Saldo Inicial. R\$
204 3.114,70. Receita no Mês Fevereiro: R\$ 13,35. Receita no Período Anterior Fevereiro: R\$ 13,87.
205 Despesa no Mês Fevereiro R\$ 0,00. Despesa no Período Anterior Fevereiro: R\$ 0,00. Deficit ou
206 Superávit no Mês – Fevereiro: R\$ 11,35. Déficit ou Superávit no Período Fevereiro: R\$ 3.139,92.
207 Saldo Bancário 29/02/2012- R\$ 3.139,92. FONTE 340 – Centro de Referência à Saúde do
208 Trabalhador – CEREST. Saldo Inicial. R\$ 314.341,49. Receita no mês – Fevereiro: R\$ 0,00.
209 Receita no Período Anterior – Fevereiro: R\$ 0,00. Despesa no mês Fevereiro: R\$ 0,00. Despesa no
210 Período Anterior Fevereiro: R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no mês Fevereiro: R\$ 0,00. Déficit ou
211 Superávit no Período – Fevereiro: R\$ 314.341,49. Saldo Bancário – 29/02/2012. R\$ 314.341,49.
212 FONTE 347-Convênio 4888/2005-Qualificação da Gestão. Saldo Inicial. R\$ 629.832,49. Receita
213 no mês Fevereiro: R\$ 4.727,21. Receita no Período Anterior: Fevereiro R\$ 5.494,04. Despesa no
214 mês – Fevereiro: R\$ 0,00. Despesa no Período Anterior Fevereiro: R\$ 0,00. Déficit ou Superávit
215 no mês Fevereiro: R\$ 4.727,21. Déficit ou Superávit no Período Fevereiro: R\$ 640.053,74. Saldo
216 Bancário 29/02/2012. R\$ 640.053,74. FONTE 349 – Pró Saúde MS Londrina. Saldo Inicial. R\$
217 233.738,69. Receita no mês: Fevereiro: R\$ 0,00. Receita no Período Anterior Fevereiro: R\$ 0,00.
218 Despesas no Mês Fevereiro: R\$ 0,00. Despesa no Período Anterior Fevereiro R\$ 0,00. Déficit ou
219 Superávit no mês Fevereiro: R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período Fevereiro: R\$ 233.738,69.
220 Saldo Bancário 29/02/2012 R\$ 233.738,69. **TOTAL: Saldo Inicial R\$ 1.181.027,37. TOTAL:**
221 **Receita no mês Fevereiro: R\$ 4.738,56. TOTAL: Receita no Período Anterior Fevereiro: R\$ 0,00.**
222 **TOTAL: Despesa no Mês Fevereiro: R\$ 0,00. TOTAL Despesa no Período Anterior Fevereiro: R\$**
223 **0,00. TOTAL Déficit ou Superávit no mês Fevereiro: R\$ 4.738,56. TOTAL: Déficit ou Superávit**
224 **no Período Fevereiro: R\$ 1.191.273,.** TOTAL Saldo Bancário 29/02/2012 R\$ 1.191.273,84.
225 **Investimentos do Município em Saúde FEVEREIRO/2012.** Fonte 001 – Receita Orçamentária.
226 R\$ 2.550,66. Receita Extra-Orçam. R\$ 387.911,60. TOTAL: R\$ 390.462,26. FONTE 303. Receita
227 Orçamentária. R\$ 29.668,37. Receita Extra-Orçam. R\$ 11.848.141,61. TOTAL: R\$ 11.877.809,98.
228 FONTE 510 – Receita Orçamentária R\$ 2.471,78. Receita Extra-Orçam R\$ - . TOTAL: R\$
229 2.471,78. TOTAL: Receita Orçamentária R\$ 34.690,81. TOTAL: Receita Extra-Orçam R\$
230 12.236.053,21. TOTAL: R\$ 12.270.744,02. **RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
231 **POR ORIGEM.** FEDERAÇÃO: União (MS) Valor: R\$ 18.361.920,31. Percentual: 59,94%.
232 FEDERAÇÃO: Estado – Valor: R\$ -. Percentual: 0,00%. FEDERAÇÃO: Município (Londrina):
233 Valor: R\$ 12.270.744,02. Percentual: 40,06%. TOTAL - Valor: R\$ 30.632.664,33. Percentual:
234 100,00%. **RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE por origem - FEV/12.** União -
235 Valor – R\$ 18.361.920,31 - Percentual 59,94%. Estado –. Percentual 0,00%. Município
236 (Londrina) – Valor R\$ 12.270.744,02. Percentual 40,06%. Total – Valor R\$ 30.632.664,33 –
237 Percentual 100,00%.O secretário **Edson Antônio de Souza** faz uma intervenção na apresentação e
238 inicia dizendo que foi feito um pedido ao João para que fizesse um slide específico e detalhado da
239 media e alta complexidade da fonte 496, já que nas apresentações anteriores ficava a impressão de
240 que tínhamos um saldo e estávamos deixando de pagar os prestadores de serviço, por isso, foi feito
241 o detalhamento desta fonte para mostrar ao conselho que não estamos ficando com o dinheiro dos
242 prestadores, que está sendo pago, que o recurso que vem do ministério não é suficiente para pagar
243 os prestadores e que o pagamento somente está sendo feito porque está sendo usado dinheiro do
244 município.A palavra passa ao conselheiro **Ildo Ioris**, que coloca que gostaria de um
245 esclarecimento sobre a questão do saldo a liquidar de 5 milhões referente a fonte 496.O diretor
246 financeiro **João Carlos Barbosa Perez** diz que o valor se refere aos empenhos feitos em fevereiro
247 e que foram liquidados no início de março, já que muitas vezes se demanda um certo tempo na
248 tramitação das notas, mas, a competência que está sendo analisada é referente a fevereiro, sendo
249 que foi mostrado no slide que há realmente um déficit nesta fonte de aproximadamente 1,5
250 milhão/mês para que seja zerada toda a fatura dos hospitais.A palavra passa ao conselheiro **Eliel**

251 **Joaquim**, que diz que gostaria de saber qual é a porcentagem de atendimento do SUS na Santa
252 Casa em relação ao atendimento privado, e gostaria também de uma explicação mais detalhada a
253 respeito do valor que foi apresentado referente ao item “demais prestadores”. O diretor financeiro
254 **João Carlos Barbosa Perez** diz que, segundo informações do Drº Fahd, atualmente a Santa Casa
255 atende aproximadamente de 70% a 75% SUS. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** diz
256 que para que uma entidade mantenha o título de “utilidade pública”, ela deve disponibilizar pelo
257 menos 60% dos leitos para o SUS. O diretor financeiro **João Carlos Barbosa Perez** diz que em
258 relação ao item “demais prestadores”, não foram listados todos os prestadores devido ao fato de
259 que o relatório ficaria muito extenso, e por isso se colocou no relatório apenas os maiores
260 prestadores e a soma dos demais, para que se tenha uma idéia do que eles recebem, sendo que tudo
261 está detalhado no balancete financeiro. O conselheiro **Eliel Joaquim** pergunta ao secretário Edson
262 se a Santa Casa garantiu que atende 75% SUS. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**
263 coloca que em relação à questão levantada pelo Eliel, a DACA faz auditoria nos hospitais todos os
264 dias para o controle do atendimento. A palavra passa a **Fátima**, diretora da DACA, que coloca que
265 o próprio Ministério da Saúde faz a comprovação e tem uma equipe que vai até os hospitais com
266 esta finalidade. **Fátima** continua e diz que qualquer filantrópico tem a obrigação de ofertar ao SUS
267 no mínimo 60%, não somente dos leitos, mas de toda sua assistência, e, no caso da Santa Casa, ela
268 oferta até mais e dependendo do setor a porcentagem ao SUS chega a 80%, sendo que a média é
269 superior a 70%. **Fátima** prossegue e diz que o acompanhamento é feito através de um cadastro de
270 toda estrutura hospitalar com tudo que há do SUS e o que não é do SUS, portanto, há maneiras de
271 se verificar, através do que o hospital está atendendo e internando, qual o percentual que o hospital
272 está atendendo em relação a sua capacidade, sendo ainda que há a auditoria operativa todos os dias
273 nos hospitais para se verificar o acesso além da verificação do próprio ministério da saúde. A
274 conselheira **Maria Osvaldina** faz uso da palavra e diz que gostaria de saber se está vindo à verba
275 de R\$ 200.000,00 para o SID e que de que fosse feita à reunião com a comissão responsável por
276 este acompanhamento. A servidora **Ângela** faz uso da palavra e diz que não são R\$ 200.000,00 e
277 sim R\$ 34.600,00 por equipe EMAD, que é a equipe completa com médico, enfermeiro e auxiliar,
278 e R\$ 6.000,00 por equipe EMAP que é a equipe multiprofissional, sendo que a expectativa é de
279 que a partir deste mês se passe a receber por três equipes EMAD e uma equipe EMAP, e as
280 equipes já estão cadastradas e falta apenas o repasse do Ministério da Saúde. **Ângela** finaliza e diz
281 que já foi solicitado o agendamento da reunião da comissão. A conselheira **Juvira Barbosa**
282 pergunta se existe alguma verba específica da saúde mental, em que bloco ela está e quem é que
283 recebe estas verbas. O diretor financeiro **João Carlos Barbosa Perez** diz que hoje se recebe uma
284 verba no valor de R\$ 384.00,00 dentro do bloco 499 e que este montante já está contratualizado
285 com três entidades: REVID, PROLOV e Morada de Deus, o que totaliza um número de 40
286 leitos/mês num total de R\$ 384.00,00. A palavra passa a servidora **Ângela**, que inicia dizendo que
287 este é um recurso referente ao leito em comunidade terapêutica e que precisa ser consumido em 12
288 meses, referente aos contratos firmados com as entidades, e, em relação à saúde mental, no último
289 mês de dezembro o ministério alterou a forma do repasse financeiro para os CAPS e agora é
290 repassado um valor pré-fixado pelo ministério, que fez uma avaliação dos CAPS a nível nacional e
291 limitou que corresponderia a 80% do valor financeiro de cada CAPS, sendo que o CAPS infantil
292 tem um valor de 32 mil, CAPS-AD 38 mil e o CAPS 3 em torno de 60 mil. **Ângela** continua e diz
293 que estes valores não são suficientes para atender, pois todos os CAPS contam com um
294 quantitativo de pessoal muito superior ao que é preconizado pela portaria, logo, o município de
295 Londrina recebe em torno de 130 mil para os CAPS, mas os custos ficam muito acima do que é
296 estimado pelo ministério. A palavra passa à conselheira **Juvira Barbosa de Souza** que pergunta
297 como é suprida a necessidade em relação ao CAPS, tendo em vista que o valor repassado pelo
298 ministério não é suficiente. O diretor financeiro **João Carlos Barbosa** diz que a necessidade em
299 relação ao CAPS é suprida com recurso do tesouro. A palavra passa a conselheira **Maria**
300 **Osvaldina**, que pergunta se a clínica do Drº Júpiter que foi notícia na TV recebe verba da saúde. O

301 diretor financeiro **João Carlos Barbosa** responde que a clinica citada não recebe. O diretor
302 financeiro **João Carlos Barbosa** encerra a apresentação e se coloca a disposição para
303 esclarecimentos.A conselheira **Joelma Ap^a de Souza Carvalho** faz uso da palavra e diz que
304 gostaria de saber se a apresentação sobre as quatorze obras em andamento é referente às obras
305 realmente ou são somente os projetos. O diretor financeiro **João Carlos Barbosa** diz que a obra se
306 inicia com o projeto e que muitos desses projetos já foram licitados e estão em andamento, e, como
307 se trata de recurso federal, é necessária a prestação de contas daquilo que foi gasto com os
308 projetos, por isso, algumas obras realmente ainda não começaram, mas, seus projetos estão em
309 andamento.O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** faz uso da palavra e diz que algumas
310 das obras listadas na apresentação estão na fase de licitação da obra.A palavra passa a diretora
311 **Rosilene Machado**, que inicia dizendo que as obras em andamento são: Vila Ricardo, Ouro
312 branco, Vila Brasil, Jamile e Jd Bandeirantes;em fase de processo de execução do projeto: Milton
313 Gavetti, Campos Verdes,Itapoa e Guanabara,e ainda a UBS Fraternidade que está em fase de
314 contratação do projeto.O conselheiro **Eliel Joaquim** pergunta qual a previsão de termino da Vila
315 Ricardo. **Rosilene Machado** diz que a previsão de termino contratual da Vila Ricardo é 10 de
316 maio, mas que está sendo pedido um aditivo junto à caixa econômica para não se correr o risco de
317 perder o prazo, porque se acontecer o caso de a obra demorar um pouco mais para acabar e o
318 convenio não estiver em andamento, poderá ocorrer um problema.A palavra passa a conselheira
319 **Janaina Mazzer**, que pergunta se o pronto atendimento do Jd Leonor está sendo contemplado
320 nesta discussão. **Rosilene Machado** diz que pelo que tem conhecimento o Leonor não está nesta
321 apresentação e não tem no momento nenhuma previsão quanto a isso.O conselheiro **Ildo Ioris** faz
322 uso da palavra e pergunta ao diretor financeiro se foi revisto a questão da classificação dos
323 grupos.**Ildo** diz ainda que foi distribuído um relatório a respeito das notas da ARAGUAIA, mas
324 acredita que o gestor já esta tomando as providencias de auditoria.O secretario de saúde **Edson**
325 **Antonio de Souza** diz que com relação ao relatório entregue e a ARAGUAIA, foi solicitada a
326 presença do controlador do município para que ele fizesse alguns esclarecimentos sobre as
327 providências que a prefeitura está tomando sobre o assunto.A palavra passa a conselheira **Joelma**
328 **Carvalho** pede questão de ordem e diz que gostaria de ouvir a comissão do fundo a respeito deste
329 assunto já que foi a comissão que encaminhou o relatório.O diretor financeiro **João Carlos**
330 **Barbosa** diz que respondendo a pergunta do **Ildo**, a correção questionada já foi efetuada.A palavra
331 passa a conselheira **Isaltina Pires Cardoso**, que diz que gostaria de saber se a construtora descrita
332 na pagina 44 do relatório seria para as obras nas unidades de saúde. O secretario de saúde **Edson**
333 **Antonio de Souza** diz que a construtora descrita no relatório é para as obras citadas.A conselheira
334 **Isaltina Pires Cardoso** pergunta a respeito do procedimento de engenharia civil e se a prefeitura
335 possui técnicos engenheiros servidores de carreira. O secretario de saúde **Edson Antonio de**
336 **Souza** diz que embora a administração possua engenheiros e arquitetos na secretaria de obras e
337 também no IPPUL, para os projetos completos e arquitetônicos é feito um processo licitatório e
338 uma empresa é quem elabora o projeto. A palavra passa a conselheira **Isaltina Pires Cardoso** que
339 diz que na página está descrito gasto com energia sendo que nunca viu este item na prestação de
340 contas. O secretario de saúde **Edson Antonio de Souza** diz que a secretaria, assim como qualquer
341 entidade, paga o consumo de energia elétrica de todos os seus estabelecimentos.A conselheira
342 **Isaltina Pires Cardoso** pergunta se a prefeitura não é isenta e diz que este gasto nunca foi
343 apresentado anteriormente e se ele não estava embutido em outra despesa. O secretario de saúde
344 **Edson Antonio de Souza** diz que não isenção alguma para a prefeitura e que a despesa com
345 energia tem um elemento de despesa específico e tem de estar descrito.A conselheira **Julia**
346 **Miyamoto** faz uso da palavra e pergunta como está o andamento da reforma do posto da Vila
347 Brasil já que veio recurso para isso e depois desapareceu.**Julia** pergunta ainda se não existe a
348 possibilidade da construção ou mudança de local da UBS CENTRO, já que a unidade é muito
349 pequena e não pode ser reformada, pois é alugada. **Julia** finaliza e pergunta a respeito da UBS Vila
350 Nova.A palavra passa a servidora **Rosilene Machado**, que inicia dizendo que o prazo contratual da

351 UBS Vila Brasil é para o final de abril.**Rosilene** continua e diz que foi solicitado recurso junto ao
352 ministério para a reforma de 17 UBS's, sendo que a UBS Vila Nova faz parte deste pacote.
353 **Rosilene** finaliza e diz que não tem nenhuma novidade sobre a UBS CENTRO.O conselheiro **Eliel**
354 **Joaquim** pede para que o conselheiro Ildo ou o conselheiro Natal faça a leitura do relatório da
355 comissão que foi entregue aos conselheiros.A palavra passa ao conselheiro **Ildo Ioris**, que inicia
356 dizendo que o relatório entregue foi feito com o escopo de dar um subsídio aos conselheiros para a
357 aprovação ou não da prestação de contas, sendo que as questões levantadas no relatório já foram
358 discutidas em diversas reuniões.Ildo prossegue e faz a leitura do relatório: "*Londrina,13 de abril*
359 *de 2012.RELATÓRIO.REF.ARAGUAIA TURBO DIESEL LTDA-CONTRATO Nº 114/2006-*
360 *PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO/2012.Vimos através deste,*
361 *esclarecer as demais conselheiros do motivo pelo qual, ALGUNS MEMBROS da Comissão de*
362 *Acompanhamento de Fundos deste Conselho Municipal de Saúde de Londrina, aprovaram com*
363 *ressalvas a prestação de contas referente ao mês de FEVEREIRO/2012, realizada dia 09/04/2012,*
364 *as 13:00h na ala de reunião da Diretoria Financeira da Autarquia Municipal de Saúde de*
365 *Londrina.Informamos que desde início de nossas atividades, esta comissão de fundos vem*
366 *encontrando irregularidades em notas da ARAGUAIA TUBO DIESEL LTDA, conforme já*
367 *registrado em atas anteriores, e nesta prestação de contas do mês de fevereiro/2012 não foi*
368 *diferente.Duplicidade de pagamento e em algumas notas ate triplicidade, senão há dolo ou má fé,*
369 *fica a impressão que no mínimo há uma falta de controle ou falta de conhecimento no tocante a*
370 *uma real verificação e fiscalização de orçamentos e posteriormente as notas apresentadas e*
371 *pagas.Constam notas do mês de janeiro com alteração nos tempos de serviços executados,*
372 *conforme as notas fiscais numero:2729-2743-2747-2292-2753-2741-2869-2971-2847-2987-2744-*
373 *2737-2729-2795-2798-2783-2805-2596, e outras, verifiquem na fonte 497 paginas nº 15,18 e 30*
374 *em restos a pagar, natureza de despesa.DESDE MARÇO DO ANO DE 2011 SOLICITAMOS UM*
375 *MAIOR CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NO QUE SE REFERE AS NOTAS E SERVIÇOS*
376 *PRESTADOS A SECRETARIA DE SAÚDE.NA REUNIÃO da COMISSAO EXECUTIVA foram*
377 *mostradas algumas notas com alterações para os membros a comissão e ao SRº SECRETÁRIO*
378 *EDSON, E O DRº ADILSON PROPÓS DA COMISSÃO DE FUNDOS DO CONSELHO MARCAR*
379 *UMA VISITA A OFICINA DA ARAGUAIA TURBO DIESEL LTDA E PEDIR EXPLICAÇÃO*
380 *REFERENTE AS NOTAS QUE CONTEM IRREGULARIDADES NO ENTANTO CABE CABE A*
381 *AUDITORIA JÁ PROPOSTA AVERIGUAR OS FATOS E O GESTOR TOMAR PROVIDENCIAS,*
382 *E O QUE FOI PAGO A MAIS QUE SEJA RESTITUÍDO, NÃO DÁ MAIS PARA FICAR*
383 *EMPURRANDO COM A BARRIGA, TEM QUE RESOLVER O PROBLEMA, POIS ESTA*
384 *COMISSÃO ESTÁ FAZENDO O SEU PAPEL, CABE AGORA O GESTOR FAZER O QUE É DE*
385 *SUA RESPONSABILIDADE CONFORME LEI 8080,8666,8689,4320.DIANTE EXPOSTO*
386 *REMETEMOS PARA O PLENO DO CONSELHO.ATENCIOSAMENTE A COMISSAO DO*
387 *FUNDO. Ildo Ioris* finaliza a leitura do documento.A palavra passa ao secretário de saúde **Edson**
388 **Antônio de Souza**, que inicia dizendo que não sabe quem fez o texto apresentado pelo conselheiro
389 Ildo, mas enquanto gestor, entende que está recebendo uma denúncia, já que o texto fala em
390 "duplicidade de pagamentos em algumas notas e até triplicidade", por isso, gostaria que esta
391 denúncia fosse feita formalmente, assinada, com data e com as cópias das notas onde a autarquia
392 de saúde fez o pagamento duplicado ou triplicado de um mesmo serviço, porque se isto realmente
393 ocorreu será instaurada uma sindicância.Edson continua e diz que tem certeza absoluta de isto não
394 ocorreu, e que uma nota tendo um pagamento para um serviço e uma segunda nota tendo
395 pagamento para o mesmo serviço significa que tivemos dois carros que apresentaram o mesmo
396 defeito e foram consertados, e isto é uma coisa e não há duplicidade no pagamento, pois o veículo
397 apresentou o mesmo defeito duas vezes, mas, da maneira como está escrito no relatório, da a
398 entender que houve dolo e má-fé, portanto, gostaria de solicitar que a comissão faça a denuncia por
399 escrito e apresente as notas com pagamento indevido, e as medidas cabíveis serão tomadas.A
400 palavra passa ao conselheiro **Eliel Joaquim** que diz que pediu a leitura do relatório, pois o mesmo

401 falava em algumas irregularidades e isso se trata de uma denuncia muito séria.O secretário de
402 saúde **Edson Antônio de Souza** pergunta se o texto apresentado foi redigido na comissão.O
403 conselheiro **Ildo Ioris** coloca que alguns membros da comissão se reuniram, e os conselheiros
404 Cícero e Natal que são especialistas na área de mecânica estão analisando as notas. O secretário de
405 saúde **Edson Antônio de Souza** diz que a sua pergunta é se o texto apresentado foi feito pela
406 comissão, ou por dois ou três conselheiros que se reuniram posteriormente e fizeram o relatório. O
407 conselheiro **Ildo Ioris** diz que o texto foi feito e enviado por e-mail para os membros da comissão
408 e ninguém se manifestou contrário.O conselheiro **ElieI Joaquim** faz uso da palavra e diz enquanto
409 conselheiro deseja ir ate o fim nesta história, pois quando entrou no conselho disse que a
410 ARAGUAIA tinha problemas, e que está colocado no relatório em questão é algo muito sério.A
411 conselheira **Maria Osvaldina** faz a leitura dos nomes dos conselheiros participantes da comissão
412 do fundo: *Comissão de acompanhamento e Avaliação das Contas do Fundo Municipal de Saúde*
413 *Reúne-se sempre às segunda terças-feiras, às 15h00, no Gabinete da Secretaria Municipal de*
414 *Saúde; Natal de Oliveira,Nilton Aparecido C. de Oliveira,Ildo Ioris,Cícero Cipriano,Janaina*
415 *Mazzer Salinet,Lazara Regina Resende,Margarida de Fátima F. Carvalho e Paulo Fernando de*
416 *Moraes Nicolau”.O conselheiro Paulo Fernando de Moraes Nicolau diz que não recebeu o e-*
417 *mail citado pelo conselheiro Ildo.O diretor financeiro João Carlos Barbosa diz que participa da*
418 *comissão representando o gestor e também não recebeu o e-mail citado, e como foi falado em dolo*
419 *e má-fé entende que deve haver apuração, pois é algo muito sério. A conselheira Maria Osvaldina*
420 **diz que** todas as comissões devem fazer ata de suas reuniões com assinatura e data, e as deixar em
421 uma pasta na secretaria do conselho, pois se houver alguma duvida fica mais fácil de resolver.A
422 conselheira **Juvira Barbosa** coloca que é preciso que se saiba de qual pessoa da comissão partiu
423 este e-mail e de quem foi à idéia “brilhante” de fazer este texto e enviar aos outros esperando
424 novamente, independente de quem quer que seja, pois este relatório deveria ter saído da comissão e
425 está ocorrendo aqui uma falta de ética, sendo que isso é a mesma situação que ocorreu na câmara
426 técnica e não pode mais ocorrer, e, embora possa vir a concordar com o relatório caso seja provado
427 o seu conteúdo, muitos conselheiros não o receberam e ele não pode ser aqui levado em
428 consideração, pois há alguns membros que dizem não ter recebido o documento, e caso a denúncia
429 seja efetivada, que ela seja provada através de documentação. O secretário de saúde **Edson**
430 **Antônio de Souza** faz uso da palavra e diz que sua proposta é de que a comissão do fundo se
431 reúna novamente, faça a discussão e apresente a denúncia formal em nome da comissão do
432 fundo.A palavra passa a conselheira **Adriana Xavier Dorta**, que inicia dizendo que houve o
433 mesmo tipo de problema na reunião anterior e com o mesmo autor envolvido que é o conselheiro
434 Cícero, sendo que já foi dito que se deve tomar muito cuidado com este tipo de resolução tomada
435 fora da discussão das comissões e mais uma vez ocorre este tipo de problema.**Adriana** continua e
436 diz que não está afirmando que foi a pessoa do conselheiro Cícero propriamente dito, porém foi
437 citado o nome dele e o do conselheiro **Natal** como pessoa que são especialistas na área e que
438 possivelmente podem estar envolvidos neste documento.**Adriana** prossegue e diz que também
439 entende que o documento apresentado trata-se de uma denuncia, a cabe agora ao gestor apurar
440 quem emitiu este e-mail, porque é muito complicado mais uma vez este conselho, por um ou dois
441 membros, estar envolvido em questões de “será ou talvez” a respeito de denúncia sobre a gestão da
442 saúde em Londrina.Adriana finaliza e diz que gostaria de perguntar a comissão do fundo se é
443 debruçado o mesmo olhar critico para as notas que são pagas em outras situações ou se apegam
444 somente em relação as notas da ARAGUAIA, e agora, falando apenas como usuária, lhe daria a
445 entender que estão querendo prejudicar o favorecer este o aquele, por isso, gostaria de pedir que
446 todos os conselheiros respeitem as comissões, pois se fosse para se fazer documentos isolados em
447 nome da comissão ela não teria motivo de existir.O conselheiro **Ildo Ioris** pede a palavra e faz a
448 leitura de um trecho do relatório em questão: “(..)Vimos através deste, esclarecer as demais
449 conselheiros do motivo pelo qual, **ALGUNS MEMBROS** da Comissão de Acompanhamento de
450 *Fundos aprovaram com ressalvas”.Ildo* finaliza a leitura e diz que o relatório se trata de uma

451 justificativa do motivo de alguns membros terem aprovado com ressalvas. O secretário de saúde
452 **Edson Antônio de Souza** faz uso da palavra e diz que esta ressalva deve ser feita na ata e não em
453 um documento em particular que chega através de e-mail e que ninguém sabe a origem, pois se
454 trata de uma denúncia gravíssima de pagamento em duplicidade, triplicidade e que fala de dolo e
455 má-fé, e não pode conceber isto enquanto gestor. A palavra passa ao conselheiro **Natal de**
456 **Oliveira**, que inicia dizendo que não sabe se é duplicidade ou triplicidade, mas sabe que para se
457 tornar um disco de freio não demora 4 horas e 20 minutos, e o preço cobrado para isto esta sendo
458 o dobro do valor da peça nova, e se o gestor está achando que isto esta certo e defendendo este
459 pessoal, ele Natal não entende mais nada de mecânica e vai “jogar a toalha”. O secretário de saúde
460 **Edson Antônio de Souza** diz que o conselheiro Natal foi infeliz em sua fala quando diz que “o
461 gestor está defendendo”, pois é justamente o contrário o gestor esta pedindo que seja apontada as
462 irregularidades de duplicidade e triplicidade, pois quem colocou que há estas irregularidades não
463 foi o gestor. Edson prossegue e diz que entende de administração pública e se existe um processo
464 licitatório com vencedor onde diz que um serviço X pode levar até duas horas, o gestor não pode
465 dizer que ele vai cobrar 30 minutos, por isso, acredita que se trata de uma questão de conhecimento
466 da administração pública, de licitação e de contrato, e se deve começar a se ater ao contrato com a
467 ARAGUAIA e o preço que foi contratado, e se este estiver equivocado em relação a contrato, que
468 se faça a denúncia e a apuração, mas, é preciso começar a se entender um pouco mais de processo
469 licitatório para fazer alguns questionamentos, pois os esclarecimentos já foram feitos varias vezes,
470 e não está defendendo a Araguaia, os preços ou a horas, e sim que se pegue o contrato, o
471 controlador e se faça um estudo deste contrato e o que esta errado ou não nele. A palavra passa ao
472 conselheiro **Eliel Joaquim**, que inicia dizendo que o conselho é sério e é preciso acabar com estas
473 “palhaçadas”, e que se houver algum decoro de ética será acionada a comissão de ética em cima
474 disso, mas, antes disso, acredita na comissão que esta fazendo este relatório e é preciso ir ate as
475 últimas conseqüências para ter certeza disso, e, a partir do momento em que se perceber que esta
476 comissão está com alguma coisa enganosa que se acione a comissão de ética, mas, antes disso, e
477 preciso verificar até onde o que foi dito é verdade, porque todos os meses há esta discussão sobre a
478 ARAGUAIA e é preciso ir a fundo nesta questão e acabar com isso. **Eliel** continua e diz que
479 gostaria de encaminhar uma proposta para que o dono da ARAGUAIA venha ao conselho explicar
480 o que está acontecendo. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** diz que se for aprovada a
481 proposta do conselheiro Eliel, poderá fazer o pedido, mas não pode obrigar o dono da
482 ARAGUAIA a vir até o conselho. O conselheiro **Nilton Apº Camargo de Oliveira** faz uso da
483 palavra e diz que a comissão poderia fazer uma reunião com todos os conselheiros para que os
484 conselheiros Natal e Cícero que estão com as notas expliquem tudo. A conselheira **Isaltina**
485 **Cardoso** faz uso da palavra e diz que algumas comissões estão equivocadas e precisam de
486 coordenador e um regulamento, e nenhum conselheiro podem tomar atitudes sem a aprovação dos
487 demais membros da comissão. **Isaltina** continua e diz que o contrato com a ARAGUAIA deve ser
488 verificado, pois, embora possa não haver mal intenção da gestão, sabemos que no caso de licitação
489 pode ocorrer o caso de empresas que fazem acordos entre elas e uma acaba com o menor preço, e
490 seria importante que o dono da ARAGUAIA viesse até o CMS. O conselheiro **Paulo Nicolau** faz
491 uso da palavra e diz que a comissão poderia estar se reunindo e discutindo o relatório, ouvindo as
492 justificativas do gestor, fazendo a ata e trazendo para o conselho. A conselheira **Maria Osvaldina**
493 diz que a comissão deve se reunir, fazer ata, todos assinarem, e se for possível, que se chame o
494 dono da ARAGUAIA para vir até o conselho. O conselheiro **Nilton Apº Camargo de Oliveira** faz
495 uso da palavra e diz que deve ser feito primeiro uma reunião com todos os conselheiros e depois
496 uma com a presença do dono da ARAGUAIA. A conselheira **Maria Ângela Magro** faz uso da
497 palavra e diz que a comissão do fundo deve primeiro verificar contrato com a ARAGUAIA e
498 somente depois chamar o dono da empresa, pois ele ganhou a licitação e não tem obrigação de vir
499 participar de uma reunião do CMS. **Maria Ângela** continua e diz que gostaria de salientar que na
500 reunião passada teve um problema de saúde, não compareceu e aconteceu a mesma coisa: foi na

501 reunião técnica junto com um grupo, faltou um membro, o qual posteriormente, dizendo que com a
502 intenção de ajudar, acrescentou coisas a que já havia sido escrito, por isso, gostaria de que a
503 comissão de ética veja estas questões, pois muita coisa esta errada.A conselheira **Mara Rossival**
504 **Fernandes** faz uso da palavra e diz que já está na hora de se começar a ver no geral e não focar em
505 uma coisa apenas, pois o conselho esta com falta de orientação, e às vezes falta à visão de uma
506 serie de coisas e até do papel do conselheiro, e o conselho poderia se reunir uma vez por mês para
507 discutir quais são as nossas diretrizes, verificar qual o papel de cada comissão e trazer alguém para
508 dar um suporte.Mara continua e diz que assim como a atitude do secretário, aquilo que o **Natal e o**
509 **Cícero** fizeram foi no intuito de tomar a decisão certa e se verificar o que está acontecendo, mas o
510 fizeram talvez da maneira errada, pois se todos tem boa vontade devem trabalhar juntos, para
511 quando ocorrer de uma empresa agir sem lisura o conselho estar firme e lutando junto.A
512 conselheira **Juvira Barbosa** faz uso da palavra e diz que o que é necessário é capacitação para
513 todos saberem como devem se portar diante de determinado assunto, e é importante ficar claro que
514 não pode um relatório de apenas uma pessoa dentro de uma comissão e sim de uma reunião da
515 comissão, do contrário, será uma falta de ética e “queima” o CMS perante a comunidade.O
516 conselheiro **Antonio Barrichello** diz que a ARAGUAIA ganhou uma licitação e isto deve ser
517 respeitado, sendo que os conselheiros poderiam ter acompanhado este processo, e já é a quarta
518 reunião do CMS que vota a discussão da Araguaia e não vai se chegar a um consenso nunca,
519 porque se for discutir com outros mecânicos fora do conselho cada um vai cobrar um tanto, mas
520 deve-se respeitar uma licitação se acompanhar a próxima, pois este relatório apresentado não tem
521 nem ata, nome e assinatura de ninguém.A conselheira **Julia Miyamoto** faz uso da palavra e diz
522 que concorda que deve ser feita uma capacitação, não somente para os conselheiros, mas para
523 todos aqueles que tem interesse em aprender.O conselheiro **Eliel Joaquim** pergunta se a questão
524 levantada pela conselheira **Maria Ângela** a respeito da verificação do contrato da ARAGUAIA é
525 algo viável para o conselho ou se é somente para a comissão do fundo, pois a Araguaia pode até ter
526 ganho a licitação, mas o conselho é fiscalizador desta.O secretario de saúde **Edson Antônio de**
527 **Souza** faz uso da palavra e diz que gostaria de propor uma reunião com a comissão do fundo e o
528 controlador, para a análise do contrato da ARAGUAIA ponto a ponto, e verificando se as notas
529 sob suspeita estão com alguma irregularidade ou não.O conselheiro **Nilton Apº Camargo de**
530 **Oliveira** faz uso da palavra e diz que a reunião proposta pelo secretário deve ser feita com todo o
531 conselho e não somente com a comissão do fundo.O conselheiro **Antonio Barrichello** pede
532 questão de ordem e diz que a reunião deve ser feita somente com a comissão do fundo, eles fazem
533 a ata e trazem ao conselho.Barrichello diz ainda que o contrato é público e qualquer um pode ter
534 acesso.A palavra passa ao controlador do Município **Marcos Urbaneja**, que inicia dizendo que já
535 existe uma ordem de serviço para execução de uma auditoria no contrato com a ARAGUAIA e
536 está sendo feito um trabalho minucioso em todo este contrato, recebendo documentos, colhendo
537 informações, fazendo diligencias e não se pode antecipar um trabalho de auditoria, até mesmo
538 porque o regimento interno da controladoria não permite isso. **Urbaneja** continua e diz que ao
539 final de uma auditoria, a lei determina que se faça a comunicação destes atos ao chefe do poder
540 executivo e a partir deste momento o conselho poderá solicitar um relatório se quiserem ter acesso
541 a estes trabalhos.**Urbaneja** finaliza e diz que é importante o apoio e ajuda do controle social e que
542 não existe nenhum impedimento quanto ao acesso ao contrato.O conselheiro **Carlos Enrique**
543 **Santana** faz uso da palavra e inicia dizendo que tem em suas mãos este documento que é uma
544 carta anônima, e é muito grave o que está acontecendo e prejudica os usuários do serviço
545 Municipal de saúde, portanto, as pessoas devem ter responsabilidade para ser conselheiro quando
546 falar algo registrado em ata, e quando escrever algo deve assinar, pois não dá para brincar com
547 coisa seria e é preciso respeitar o conselho.**Carlos** prossegue e diz que quem quer ser conselheiro
548 precisa ter capacidade de aprendizado, discussão e deve correr atrás, e o centro de direitos
549 humanos de Londrina já propôs no inicio deste conselho um curso para a formação de conselheiros
550 usuários e está novamente apresentando esta proposta, e deve ser respeitado o direito de cada

551 cidadão em falar. A conselheira **Joelma Apda de Souza Carvalho** pede para que quando terminar
552 a auditoria seja enviado o relatório ao CMS e que isso já fique definido. O secretário **Edson**
553 **Antonio de Souza** diz que o pedido da conselheira **Joelma** já foi acatado. **Edson Antonio de**
554 **Souza** dá seqüência da reunião e coloca em votação **a aprovação da Prestação de Contas do**
555 **Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de fevereiro de 2012, feito que é obtido com 18**
556 **votos favoráveis e 2 contrários e com as seguintes observações:** Os conselheiros **Lazara**
557 **Regina, Janaina Mazzer, Eliane da Silva Nascimento, Joelma Ap^a Souza, Antonio**
558 **Barrichello, Djamedes M^a Garrido, Adriana Xavier Dorta, Ildo Ioris, Juvira Barbosa, Ângelo**
559 **Caíres e Nilton Ap^o Camargo aprovam com as ressalvas contidas na ata da comissão.** O
560 conselheiro **Eliel Joaquim não aprova a prestação de contas.** A conselheira **Isaltina Pires**
561 **Cardoso** não aprova a prestação de contas e pede declaração de voto e diz que enquanto não for
562 resolvida a questão da investigação do Prefeito e também agora em relação a Araguaia seu voto é
563 de não aprovar a prestação de contas. O secretário **Edson Antonio de Souza** diz que na próxima
564 semana estará chamando a comissão do fundo para uma reunião juntamente com o controlador
565 para um estudo do contrato. **Edson Antonio de Souza** continua e passa ao ponto de pauta
566 seguinte: **Informes.** A palavra passa ao conselheiro **Eliel Joaquim** que inicia dizendo que gostaria
567 de um esclarecimento, pois viu em uma TV de nossa cidade, uma reportagem que mostrava uma
568 ambulância do SIATE e do SAMU por 2 horas paradas em frente ao evangélico esperando a maca
569 em que foi retirado uma vítima de acidente, por isso, gostaria de ouvir do evangélico o que está
570 acontecendo, pois não dá para o SIATE ou SAMU levar pacientes lá e ficar duas horas esperando a
571 maca de volta, enquanto ela é usada dentro do hospital. A conselheira **Maria Osvaldina** faz uso da
572 palavra e diz que foi realizado uma reunião no auditório do Hospital da Zona Sul com os conselhos
573 locais do Ouro Branco e Piza sobre o posto do Ouro Branco, e na oportunidade foi eleita uma
574 comissão para uma reunião o secretário de saúde. Osvaldina pergunta ao secretário se as agulhas
575 que o SAMU utiliza ainda são grandes, pois tem havido muita reclamação. Osvaldina diz ainda que
576 não é a primeira vez que ambulâncias ficam paradas em frente a um hospital, pois em uma
577 oportunidade, a comissão de humanização foi até o HU e havia uma ambulância de jacarezinho
578 esperando uma maca para levar a paciente embora. A conselheira **Maria Ângela Magro** faz uso da
579 palavra e diz que participou da inauguração das salas de micro-cirurgia do CISMENPAR no último
580 dia 22, no dia 02/04 do HOSPSUS na prestação de contas do Hospital Cristo Rei, as 14 horas no
581 hospital São Rafael de Rolândia, as 16 horas no Hospital Santa Casa de Londrina, no dia 03/04 na
582 Santa Casa de Cambé, no dia 05/04 bolsa-família transferência de renda, no dia 10/04 visita do
583 Prefeito na nossa localidade e no dia de ontem da viagem a Maringá para o participar do Consórcio
584 Paraná Saúde. A palavra passa a conselheira **Maria Osvaldina** que diz que recebeu uma
585 reclamação das pessoas que moram em um prédio na rua cambara perto do hospital sobre que
586 pessoas ficam lá em frente, mas eles não devem gostar de pobres, pois são pessoas de Municípios
587 vizinhos que vem tratar de problemas na visão, e quem não gosta de ser incomodado é que deve ir
588 morar em um condomínio fechado. A conselheira **Julia Miyamoto** faz uso da palavra e informa
589 que foi inaugurado no ultimo dia 04 um espaço para a comunidade no Ministério Público. **Julia** diz
590 ainda que leu um artigo no jornal que o Ministério da saúde vai orientar todas as escolas a ter uma
591 alimentação mais saudável. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** informa que ocorreu nos dias 22 e
592 23 de março o 1º Encontro Norte-Paranaense de acreditação de Serviço de Saúde e que contou com
593 várias entidades de Londrina, sendo que o escopo do encontro foi o de sensibilizar a nossa região
594 para a importância da qualificação do serviço usando as ferramentas de certificação. A conselheira
595 **Mara Rossival Fernandes** informa que foi aberta mais 2 vagas em residência ontológica e o
596 Hospital agora tem residência em cirurgia ontológica. **Mara** continua e diz que continua a
597 campanha “Adote um Metro Quadrado” e volta a pedir o apoio de todos e convidá-los a conhecer
598 as obras. A conselheira **Joelma Ap^a Souza** informa que estará participando no dia 25 de abril de
599 um curso de capacitação para os conselheiros estaduais, onde será discutida toda a historia do SUS,
600 o papel do conselho e do conselheiro e suas obrigações, principalmente na questão jurídica e penal e

601 o que o conselheiro responde quando aprova ou não um documento, e será discutido ainda o
602 decreto 7508 e que altera muitas questões da Lei 8080 e a lei 141 que regulamenta EC 29. Joelma
603 informa ainda que no dia 23 de junho ocorrerá a 4ª plenária estadual de conselhos de saúde na
604 cidade de Curitiba, onde o conselho deverá indicar 2 usuários, 1 trabalhadores e 1 prestador ou 1
605 gestor. **Joelma** diz que no dia 25 de maio ocorrerá uma capacitação com o conselho estadual,
606 SESA, MP, onde será discutido todas estas legislações e outras que mudaram no ano passado,
607 sendo que cada conselho municipal terá a indicação de 1 conselheiro. **Joelma** finaliza e diz que no
608 dia 23 de maio ocorrerá uma capacitação com o tribunal de contas através de vídeo conferência, na
609 qual será trazidas as informações sobre as legislações supracitadas. O conselheiro **Antônio**
610 **Barrichello** faz uso da palavra e diz que gostaria de agradecer ao HU na pessoa da Drª Margarida,
611 pois lá esteve e foi muito bem atendido. A conselheira **Djamedes Garrido** faz uso da palavra e diz
612 que a regional estará disponibilizando uma van para levar os conselheiros no evento do dia 25
613 citado pela conselheira **Joelma**, e a intenção é de que pelo menos 1 conselheiro de cada Município
614 da regional participe do evento. **Djamedes** informa ainda que no dia 11 de abril ocorreu o
615 CONSUS, que é um programa para incentivo dos consórcios, e onde será triplicado o valor do
616 custeio, com 4 milhões para que se faça um centro de diagnose, e 500 mil em equipamentos para
617 que se possa atender as redes que estão vindo, sendo que com isso, no dia 02 e 3 de maio será feito
618 o lançamento da 1ª rede que a rede mãe paranaense, e para isso, através do APSUS, já sta sendo
619 feito os treinamentos de todos os Municípios. A servidora Rosilene Machado informa que no
620 ultimo dia 17, as servidoras Margareth Schmitt e Mara Rocha foram ao treinamento do
621 SARGSUS, que é o sistema onde é colocado o relatório de gestão disponível on-line para o
622 Ministério da Saúde, sendo que a novidade é que este sistema está abrindo campo para 1 ou 2
623 conselheiros que devem ser escolhidos aqui no conselho para realizarem a verificação do relatório
624 aprovado no sistema e homologação do mesmo. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** informa que
625 ocorrerá o I Encontro de Mulheres Positivas de Londrina que acontecerá no dia 05 de maio na
626 Fundação Tamarozzi, das 8h00 as 17h00 da tarde, e será promovido pelo Núcleo Londrinense de
627 Redução de Danos, e dentro do núcleo tem o grupo que atende mulheres que vivem com HIV, pois
628 após vários trabalhos junto a essas mulheres, se levantou a necessidade de um trabalho específico
629 com elas, com um total de 40 vagas. A palavra passa ao conselheiro **Ildo Ioris**, que informa que o
630 SINDUSCON estará participando da Semana de Saúde do Trabalhador que irá acontecer na
631 próxima semana, e que no próxima dia 25 teremos uma palestra do INSS no SINDUSCON e que
632 tratará também sobre a questão da saúde do trabalhador. Ildo informa ainda que na próxima semana
633 o SINDUSCON estará visitando algumas obras e fazendo diversas palestras sobre segurança do
634 trabalho, e que tem participado de varias reuniões na CIST e logo mais a senhora Mara irá
635 apresentar o projeto que foi discutido lá. A palavra passa a conselheira **Juvira Barbosa de Souza**,
636 que inicia dizendo que gostaria de fazer o registro do parecer contrário ao projeto de lei 237/2011 e
637 que foi protocolado no dia 26/03 nesta casa, com 31 assinaturas, representantes de várias
638 entidades. **Juvira** continua e diz que o outro informe é sobre a semana municipal de saúde e
639 segurança do trabalhador e do dia 28 de abril que é o dia mundial em memória das vítimas de
640 acidente e doenças do trabalho, sendo que ocorrerão vários eventos, dentre eles um que será no dia
641 29 de abril, das 8:00 as 12:00 horas, que será sediado na igreja São José Operário, com a parceria
642 da Associação de Moradores do Jd Leonor, Marumbi e Charrua e do conselho local da UBS
643 Leonor, onde acontecerão várias atividades relacionadas a saúde e segurança do trabalho,
644 recreação para crianças, corte de cabelo pelo SENAC e orientações de profissionais de educação
645 física, sendo ainda que gostaria de registrar a participação neste evento da empresa Tio Douglas
646 Festas Infantis, que cedeu gratuitamente a piscina de bolinha e a cama elástica para a diversão das
647 crianças. **Juvira** informa ainda que no dia 05 de maio, das 08:00 as 14:00 horas, acontecerá o
648 Encontro do Transporte no Caminho Seguro, no PRUDENCENTER, na avenida Brasília 1855,
649 com a parceria do SETCEPAR e do SEST SENAT, sendo que o evento contará com as mesmas
650 atividades do evento anterior, com o acréscimo de exames de glicemia, teste de coordenação

651 motora, teste de opacidade e orientações sobre educação no trânsito, com a participação novamente
652 da empresa Tio Douglas. Juvira continua e informa que no dia 12/05, no Centro Comunitário do
653 Cj. Maria Cecília, com parceria da Associação de Moradores do Cj. Maria Cecília, ocorrerá um
654 evento com as mesmas atividades já citadas anteriormente. **Juvira** prossegue e diz que ocorrerá, no
655 dia 25/05, às 19 horas, no SINDUSCON, uma palestra sobre retorno ao trabalho após acidente de
656 trabalho. **Juvira** continua e diz que, dentro da semana supracitada, ocorrerão palestras em canteiros
657 de obras da construção civil, com a parceria do SECONCI, com orientações sobre saúde e
658 segurança do trabalho. **Juvira** finaliza e convida a todos a participarem dos eventos. A palavra
659 passa a conselheira **Isaltina Pires Cardoso**, que inicia dizendo que é preciso se verificar no
660 regulamento do conselho a questão do dia de realização das reuniões mensais do CMS, pois talvez
661 seja necessário mudar o regulamento já que as reuniões estão ocorrendo na quarta e não na terça-
662 feira. **Isaltina** continua e diz que recebeu o projeto 429/2011 de autoria da vereadora Lenir, e
663 entende que o mesmo está cerceando o direito da entidade de indicar seu conselheiro. O conselheiro
664 **Ângelo Caíres** faz uso da palavra e diz que é muito errada a atitude do Hospital Evangélico em
665 reter as macas e deveria ser penalizado por esta prática. A palavra passa ao conselheiro **Nilton Apº**
666 **Camargo de Oliveira**, que coloca que recebeu uma reclamação de uma senhora de que na sexta-
667 feira santa ela fez uma peregrinação nos hospitais da cidade e na conseguiu consulta, sendo que foi
668 encaminhada para PAM, Zona Norte, Zona Sul, Maria Cecília e Leonor. **Nilton** continua e diz
669 ainda que viu um senhor que foi encaminhado do HZN para o HU e não havia leito, sendo que esta
670 pessoa ficou das 22:00 horas até o outro dia de manhã sofrendo e com a bacia quebrada
671 aguardando. A palavra passa ao conselheiro **Fahd Haddad**, que inicia dizendo que participou no
672 início de abril no HZS de um culto ecumênico em comemoração aos 22 anos da instituição. **Fahd**
673 informa que a Santa Casa teve aprovado no MEC o seu pleito de 2 residências de ortopedia e
674 cirurgia vascular. **Fahd** informa que no dia de ontem, teve alta e com sucesso a segunda paciente
675 no ano transplantada de coração, sendo que a Santa Casa é o único hospital do norte do Paraná
676 credenciado para transplante cardíaco. A palavra passa a conselheira **Carmem Lúcia Lazara**
677 **Garcia**, que inicia dizendo que faz parte da comissão de ética e gostaria de informar que a
678 comissão iniciou seus trabalhos com uma reunião no dia 2 de abril, e foi encaminhado o
679 regimento interno da comissão nos envelopes dos conselheiros, e gostaria de que os conselheiros
680 fizessem a leitura e encaminhassem à comissão sugestões para que na próxima reunião o
681 regimento seja apresentado para todos. **Carmem** finaliza e diz que a comissão a elegeu como
682 secretária, a conselheira **Artemísia** como coordenadora e ficou definido que a reunião da comissão
683 será serã toda a 1ª terça-feira do mês na SMS. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**
684 diz que a questão da comissão será pautada para a próxima reunião. O conselheiro **Eliel Joaquim**
685 faz uso da palavra e diz que no tocante ao curso de capacitação de conselheiros citado pela
686 conselheira Joelma, propõe que seja enviado um conselheiro usuário. A palavra passa a conselheira
687 **Adriana Xavier Dorta**, que diz que gostaria de saber qual é o critério para escolher o conselheiro
688 que vai participar da capacitação, porque em outras situações foi conversado somente com 2 ou 3
689 conselheiros sem abrir para as outras pessoas, porque ao escolher alguém, devemos levar em
690 consideração se a pessoa terá condições ao voltar da capacitação de multiplicar o conhecimento
691 adquirido. A palavra passa ao senhor **Alisson**, que inicia dizendo que gostaria de que todos se
692 engajassem na luta do CEBES que é a da iniciativa de um projeto de lei de iniciativa popular para
693 garantir que a saúde tenha 10% do PIB, sendo que este projeto precisa de um milhão e
694 quatrocentos mil assinaturas de eleitores. **Alisson** prossegue e informa que no dia 18 de maio é dia
695 da luta Antimanicomial e a Associação Londrinense de Saúde Mental já está se movimentando
696 para organizar eventos neste dia. A palavra passa ao conselheiro **Carlos Enrique Santana**, que
697 informa que participou, em Salvador, do I Congresso Nacional da População em Situação de Rua,
698 de onde foram tirados vários encaminhamentos para discutir a questão dos moradores de rua no
699 Brasil. **Carlos** continua e diz que no dia 2 de abril foi feita uma visita ao 2º distrito de Londrina,
700 junto com a pastoral carcerária e outras entidades, de onde saiu um documento da sociedade civil

701 organizada e que foi protocolado junto a SEJU, o qual pede uma solução para o caso do segundo
702 distrito, que está com 400 presos e tem capacidade para apenas 122.O conselheiro **Nobuaqui**
703 **Hasegawa** faz uso da palavra e informa que o Hospital de Olhos tem realizado de 05 a 11
704 transplantes de córneas por semana, e acredita que daqui a vinte dias aproximadamente acabará a
705 fila para transplante de córnea em Londrina.**Nobuaqui** continua e diz que todos estão convidados
706 para no próximo mês prestigiarem a entrega da reforma que foi feita na humanização.**Nobuaqui**
707 diz ainda que sobre a reclamação dos moradores, o ambulatório tem espaço suficiente para os
708 pacientes aguardarem e o que acontece é que muitos dos pacientes atendidos são de municípios
709 pequenos e por isso gostam de ficar vendo o movimento da cidade de Londrina.A conselheira
710 **Djamedes Maria Garrido** faz uso da palavra e diz que o Drº **Nobuaqui** tem sido um parceiro e
711 uma referencia no Paraná.O conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e diz que gostaria de
712 elogiar e parabenizar a postura de Drº **Nobuaqui** em entender a necessidade dos usuários.A palavra
713 passa ao secretario de saúde **Edson Antonio de Souza**, que informa que é preciso indicar um
714 conselheiro para participar do curso de Direito a Saúde –Modulo III, no dia 25 de maio.Edson
715 informa que será realizada no próximo dia 25, a primeira audiência publica de 2012, as 8:00 aqui
716 na CML.Edson prossegue e diz que gostaria de justificar a ausência dos seguintes conselheiros:
717 **Margarida de Fátima F. Carvalho, Denise Akemi Mashima, Silvia Karla Azevedo Vieira**
718 **Andrade, Artemízia Bertolazzi Martins, Paulo Roberto Franzon e Rosicler Amarins de**
719 **Moura Vaz.**A palavra passa ao diretor da DAS **Rodrigo Avanço**, que informa que a DAS
720 finalizou os números referentes à coleta de citologia oncótica do mês de março, sendo que a
721 expectativa era de 1500 coletas e foi coletado 1744 exames. **Rodrigo** informa ainda que no dia 5
722 de maio será aberta a campanha de vacinação da 8:00 as 17:00 na UBS's, e alem da vacinação os
723 ACS's estarão fazendo o cartão SUS e pesagem das mães que recebem bolsa família.A palavra
724 passa ao secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**, que inicia dizendo que na ultima reunião
725 foi feito um pedido de esclarecimento pelo conselheiro **Eliel Joaquim** a respeito de um caso
726 ocorrido na maternidade, por isso, gostaria de passar a palavra ao senhor Leandro, coordenador da
727 maternidade.**Leandro** inicia dizendo que recebeu a noticia sobre uma paciente que passou por
728 consulta na maternidade, e que teve uma situação nefasta no HU na qual veio a falecer a criança, e,
729 diante disso e de uma critica e uma notificação na maternidade a respeito de um tratamento
730 inadequado tanto no âmbito de humanização quanto técnico, os fatos foram apurados e foram
731 chamadas também pessoas que não eram da maternidade para avaliar, e ficou claro que houve um
732 atendimento técnico adequado e com todos exames necessários para liberação da paciente, e, no
733 âmbito da humanização, a maternidade de Londrina é hoje um referencia no atendimento e
734 detentora de vários prêmios, pois é feito um treinamento continuo de toda equipe. **Leandro**
735 finaliza e diz que toda documentação está à disposição, e todos estão convidados a conhecer o
736 serviço da maternidade.O conselheiro **Eliel Joaquim** diz que ouviu em uma emissora da cidade a
737 entrevista da paciente, que disse que foi a maternidade com dores e o medico a mandou para casa
738 sem remédio, e que chegou com 9 meses e dois dias e o medico desdenhou dela e que depois de 2
739 dias foi ate o HU e o neném acabou morrendo, sendo que a paciente disse inclusive que havia um
740 ferimento no feto.**Eliel** continua e diz que seria interessante que o conselho recebesse a auditoria
741 que foi feita na maternidade, e gostaria de pedir ainda que todas as pacientes sejam atendidas com
742 muito carinho e que seja dada um treinamento de humanização de fato para os funcionários.
743 **Leandro** coloca que a idéia e intenção são justamente de prestar o melhor atendimento a gestante,
744 e o caso desta paciente desagrada muito porque ninguém está preparado para um óbito no processo
745 de gestação, e nem os médicos gostam e estão preparados para isto.Leandro continua e diz que a
746 taxa de óbito na maternidade em 19 anos é de 0.03% e taxa mundial é de 0.3%. **Leandro** continua
747 e diz que sobre o caso em questão, foi avaliar o atendimento no HU, nas UBS's, para ter o
748 segmento no atendimento desta paciente, que realmente merecia ter um atendimento especial por
749 ter uma condição carente.Leandro prossegue e diz que quando uma paciente da entrada na
750 maternidade ela é recepcionada, aberto uma ficha, se é uma paciente que merece uma atenção mais

751 rápida ela entra direto para o atendimento, neste 1º atendimento há uma enfermeira e uma
752 aux.enfermagem que fazem uma 1ª avaliação de pressão e temperatura e o medico vem em
753 seguida, sendo então que neste atendimento estão presentes o medico obstetra, aux.enfermagem e
754 uma familiar da paciente, logo, a situação de desdenhar e maltratar fica inibida já que ha outras
755 pessoas, por isso, não acha plausível que o medico tenha feito algo neste sentido.Leandro da
756 seqüência a sua fala e diz que é feito um exame chamado tacocardiografia em todas as pacientes,
757 porque este exame da a segurança a respeito da placenta, oxigênio e alimentação da criança, sendo
758 melhor que uma ultra-som naquele momento.Leandro continua e diz que a paciente em questão
759 naquele momento tinha o útero fechado e não estava em trabalho de parto e foi liberada, e dois dias
760 depois, no HU, não foi escutado o coração do bebê e detectado o óbito, e no nascimento da criança
761 foi constatado duas circulares de cordão e é uma situação que não se consegue detectar naquele
762 exame inicial dentro da maternidade, quicá se possa em ultra-sonografia durante o pré-natal isso
763 possa ser visto, e o que pode ter acontecido é que o fluxo de oxigênio para esta criança foi cortado
764 pelas circulares, uma coisa que poderia ter acontecido em casa, no Albert Einstein em São Paulo
765 ou na Europa e não seria feito este diagnóstico. **Leandro** finaliza e diz que a maternidade realiza
766 em media 300 partos/mes com sucesso e infelizmente às vezes acontecem coisas imprevisíveis, e
767 que a maternidade esta planejando solicitar pessoas da comunidade para trabalhar como DOLAS,
768 que são mulheres que se dispõe a acompanhar os partos e que já passaram por isso.O conselheiro
769 **Eliel Joaquim** pergunta quantos óbitos já aconteceram na maternidade. **Leandro** faz uso da
770 palavra e diz que deve-se ser levado em consideração se este óbito foi na casa, se morreu dentro da
771 maternidade e poderíamos evitar ou se foi dado alta para a paciente e faleceu posteriormente,sendo
772 que não há um instrumento para quantificar isto, e o que pode ser dito é um número de óbitos que a
773 maternidade assumiu para cuidar a partir do momento que chegou em óbito que é o de 253 óbitos
774 de bebês em 19 anos.A palavra passa a conselheira **Juvira Barbosa**, que inicia dizendo que
775 conhece o ótimo trabalho da maternidade, e inclusive lembra da lisura no atendimento em uma
776 situação de uma parturiente que deu entrada com tuberculose de 4 cruces e teve seu parto no
777 consultório.A conselheira **Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)** pergunta como pode
778 participar do trabalho das DOLAS. **Leandro** responde que esta em fase de planejamento e ainda
779 nada foi apresentado na secretaria de saúde.A conselheira **Djamedes Garrido** faz uso da palavra e
780 diz que o trabalho da maternidade é uma referencia dentro da 17ª regional e poderia ate mesmo
781 ampliar a classificação para o atendimento para gestantes de alto risco.O secretário de saúde
782 **Edson Antônio de Souza** diz que existe o interesse do município em participar do programa do
783 estado implantando a maternidade como de médio risco.A conselheira **Maria Osvaldina** faz uso
784 da palavra e diz que a maternidade é da comunidade de Londrina e por isso é contra o projeto 95
785 do Marcio, porque senão vai vir gente de outros municípios ter neném em Londrina.O secretário de
786 saúde **Edson Antônio de Souza** faz uso da palavra e passa ao ponto de pauta: **Aprovação do**
787 **Plano de Aplicação de recurso do núcleo de saúde do trabalhador de Londrina.Drª Mara**
788 **inicia a apresentação: PLANO DE AÇÕES SAÚDE DO TRABALHADOR – EXECUÇÃO**
789 **FONTE 36340 ABRIL/ 2012. ELABORAÇÃO –NÚCLEO DE SAÚDE DO**
790 **TRABALHADOR Londrina, propõe em conjunto com a Comissão Intersetorial em Saúde do**
791 **Trabalhador – CIST, o Plano de Ações em Saúde do Trabalhador 2012 – 2013. Por Hora:**
792 **somente execução Fonte 340. CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador do**
793 **Conselho Municipal de Saúde. Núcleo de Saúde do Trabalhador de Londrina – Pertencente ao**
794 **CEREST Macro Norte I. Aprovação: . Pelo Conselho Municipal de Saúde e também em**
795 **consonância com o Plano Estadual de ST será apreciado pela Comissão Intergestora Bipartite**
796 **Estadual – CIB. . OBS: Como todo Plano de Ações este também é dinâmico, fazendo-se**
797 **necessário o acompanhamento de sua execução e possível reformulação para atingir as metas aqui**
798 **propostas. Conforme sugestão prévia de alguns conselheiros de saúde recomenda-se que se faça tal**
799 **acompanhamento com freqüência semestral ao CMS – conselho municipal de saúde. . A execução**
800 **deste Plano de Ações será acompanhada pela CIST e pelo CMS,constando dos relatórios de**

801 Gestão e demais instrumentos específicos do **SUS. Ações: 1 – Gerenciamento dos serviços do**
802 **SUS.** – Apoio às iniciativas da **COSAT/CEST** referente à Vigilância em Saúde do Trabalhador e
803 implantação, capacitação das unidades sentinelas (**SINAN**) e respectivos protocolos dos agravos
804 em **ST.** – Apoio técnico para implantar e implementar as Unidades Sentinelas notificadoras de
805 agravos à saúde do trabalhador, incluindo as **UBS.** – Subsidiar procedimentos de média e alta
806 complexidade definidos com a **DACA** para o trabalhador usuário do **SUS**, e proporcionar
807 transporte para sessões de reabilitação física de trabalhadores usuários do **SUS.** – Realização de
808 pesquisa de interesse da área de saúde do trabalhador priorizando os agravos prioritários para a
809 região. – Apoio à realização de pesquisas nos serviços de saúde e sua divulgação. – Intervir em
810 conjunto com as Secretarias estaduais, municipais, Ministério Público do Trabalho, Promotoria
811 Pública Estadual, **INSS, SIATE e Gerência Regional do Trabalho**, entidades sindicais e
812 sociedade civil organizada no que diz respeito aos Agravos Relacionados à Saúde do Trabalhador.
813 – Deslocamento da equipe no município para acompanhamento das ações, visitas técnicas, busca
814 ativa para análise epidemiológica, reuniões e outros. – **Sub-total: R\$ 194.500,00 – 61,9%. 2 –**
815 **Manutenção do serviço.** – Aquisição de materiais permanentes (carros, mobiliário, equipamentos
816 e sistema de climatização). – Despesas com manutenção do Núcleo de Saúde do Trabalhador. **SUB**
817 **– TOTAL = R\$ 119.500,00 (computadores, veículos, projetor de multimídia) – 38,1%.**
818 **Despesas correntes – código 3.3.90..39.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica.**
819 – Especificação: exames complementares. – Quantidade: A definir em conjunto com **DACA.**
820 Total: R\$ 18.500,00. – **OBS: Salientamos que será executado, após parecer favorável do**
821 **tribunal de contas do Paraná. Despesas de Capital – Equipamentos e Material permanente. –**
822 **Microcomputador c/ software.** – Custo unitário: R\$ 2.500,00. – Total computadores: 50. – Sub-
823 total: R\$ 125.000,00. – **Projetor de multimídia.** – Total unidades: 03.- Preço unitário: R\$
824 1.500,00. – Sub-total: R\$ 4.500,00. **Despesas de Capital – Equipamentos e Material**
825 **permanente. TV para sala de espera** – 06 unidades. – Custo unitário: R\$ 1.000,00. – Sub – total:
826 R\$ 6.000,00. – **Veículo de passeio 1,4** – 02 unidades. – Custo unitário: R\$ 45.000,00. – Sub-total:
827 R\$ 90.000,00. – **Veículo adaptado p/ PNE** – 01 unidade. – Custo unitário: R\$ 70.000,00. – Sub-
828 total: R\$ 70.000,00. – **TOTAL COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES:**
829 **R\$ 295.500,00. Núcleo ST – Londrina.** – Muito há que ser feito, e esta política pública de ST
830 deve continuar priorizando as ações de vigilância à saúde bem como as capacitações em serviço,
831 contribuindo para que a saúde do trabalhador seja incorporada ao dia-a-dia dos atendimentos
832 realizados no município. **CEREST – Londrina. – Equipe técnica:** - Aécio Rodrigues Sudan –
833 técnico segurança do trabalho. – Claudete Stabile Romanizen – fisioterapeuta. – Mara Ferreira
834 Ribeiro – médica. – Renata Cristina Silva Baldo – enfermeira. – Teodoro Cardoso da Silva –
835 auxiliar administrativo. – Rosangela Campiolo. **Drª Mara** finaliza a apresentação e pergunta se
836 alguém tem algum questionamento. A palavra passa a conselheira **Ana Paula Cantelmo**, que inicia
837 dizendo que gostaria de perguntar como esta o trabalho referente aos acidentes de trabalho
838 ocorrido nas empresas, já que muitas têm o serviço privado de ambulâncias e que encaminham
839 pacientes aos hospitais, porque enquanto hospitais notificam acidentes de trabalho, porém, se
840 percebe que em muitos casos eles não estão envolvidos em uma regulação adequada. A **Drª Mara**
841 faz uso da palavra e diz que o mais importante é que seja feita a notificação, pois a partir do
842 momento que esse gestor municipal tiver o mapa de todos os acidentes de trabalho, dá para fazer
843 uma ação bem específica, e o que é preciso é ampliar as ações de vigilância para prevenção destes
844 acidentes de trabalho, sendo que já existe o comitê estadual para investigação destes acidentes
845 graves, que é feito pelas equipes de vigilância sanitária dos municípios, sendo que infelizmente
846 somente temos a Santa Casa e o pronto socorro do HU notificando, logo, há uma sub-notificação
847 muito evidente e enquanto os números não aparecerem não dá para intervir de uma maneira mais
848 efetiva, e dá para se fazer ações em conjunto com a procuradoria do trabalho, para se identificar
849 quais empresas estão acidentando mais e estão socializando esta responsabilidade que seria delas. A
850 conselheira **Isaltina Pires** faz uso da palavra e pergunta se não poderia ser o contrario o que foi

851 colocado sobre a questão dos 2 carros de passeio e 1 carro para portadores de necessidades
852 especiais, ou então dois e dois. **Drª Mara** coloca que até pode ser colocada esta proposta, mais isso
853 custará mais que os 70 mil da previsão. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** coloca que
854 não é somente acrescentar um veículo e sim uma questão de readequação dentro do valor inicial. A
855 palavra passa ao conselheiro **Eliel Joaquim**, que diz que salvo engano este recurso está disponível
856 desde 2007 e está na hora deste recurso ser usado com responsabilidade. A palavra passa ao
857 conselheiro **Ildo Ioris** que diz que tem participado das reuniões da CIST e cobrado a aplicação
858 deste recurso que estava parado, por isso, gostaria de parabenizar a Drª Mara e acredita que isso irá
859 abrir caminho para outros valores que estão parados, sendo inclusive que há a questão da bipartite
860 e dos 10 mil que pode vir ao município através do CEREST estadual e que esta depende da
861 aplicação deste recurso. A palavra passa à conselheira **Djameses Mª Garrido**, que inicia dizendo
862 que o dinheiro não veio justamente porque não se foi capaz de gastá-lo, e se for gasto poderemos
863 até pleitear um retroativo e tentar gestionar junto a bipartite. A palavra passa à conselheira **Eliane**
864 **da Silva Nascimento** que coloca que é importante e muito bem vindo à participação dos
865 conselheiros nas reuniões da CIST com novas idéias, pois houve até uma certa dificuldade em
866 fechar o relatório para enviar ao CMS. O secretário de saúde Edson Antonio de Souza coloca em
867 votação a aprovação do Plano de Aplicação de recurso do núcleo de saúde do trabalhador de
868 **Londrina, feito que é obtido de forma unânime por todo o conselho.** O secretário de saúde
869 **Edson Antônio de Souza** faz uso à palavra e passa ao ponto de pauta seguinte: **Aprovação do**
870 **Plano de Ação Anual em VISA 2012.** A palavra passa à senhora **Denise Philippen da Silva**, que
871 inicia a seguinte apresentação: **ANEXO III - PLANODE AÇÃO EM VISA PARA O ANO DE**
872 **2012-2013, Londrina-PR GRUPO I – AÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO E**
873 **FORTALECIMENTO DA GESTÃO Área Ações/Atividades Meta/Resultado Esperado**
874 **Responsáveis Prazo Recursos**
875 **Financeiros/Ano** 1 - Estrutura legal – 1. Atualizar no site da Prefeitura Municipal de Londrina
876 informações referentes a estabelecimentos sujeitos a controle sanitários, constando a
877 documentação, a legislação sanitária vigente, roteiros de inspeção, formulários e
878 outros. 2. Adequar a estrutura, oficializar e credenciar o laboratório municipal de análise de água.
879 **Meta/Resultado Esperado** Ter acesso rápido a legislação e oferecer informação para o setor
880 regulado otimizando o trabalho em VISA Ampliar número de análises de água de 50 coletas/mês
881 para 75 coletas/mês **Responsáveis** VISA e PML PML e SMS **Prazo** Imediato 1º Sem
882 **Recursos Financeiros/Ano** Pessoal para organizar as informações R\$ 29.000,00 2 - Estrutura
883 física e recursos materiais 1. Adequar a infra-estrutura física, de insumos, da manutenção da frota
884 de veículos e de equipamentos: - Adequar a estrutura física, equipamentos e insumos do
885 laboratório de água; - Providenciar adequada manutenção da frota existente. - Providenciar
886 aquisição de 04 veículos; - Providenciar aquisição de 30 computadores e 02 notebooks; -
887 Aquisição de 20 máquinas fotográficas, 02 GPS, 01 Decímetro e 06 termômetros/laser para
888 alimentos; - Providenciar documento de identificação para os profissionais de VISA.
889 **Meta/Resultado Esperado** Ter equipamentos necessários, materiais e insumos e veículos para o
890 adequado desempenho das ações em VISA. **Responsáveis:** VISA e PML. **Prazo:** 1º Sem.
891 **Recursos Financeiros/Ano:** Recurso da VISA/SMS. **Área:** 3- Estrutura administrativa e
892 operacional. **Ação/Atividades:** 1. Criar banco de dados referente aos estabelecimentos sujeitos a
893 controle sanitário, através de cadastro a ser organizado por região da cidade: 2. Concluir o
894 manual de normas e rotinas administrativas da VISA Municipal de Londrina. **Metas/Resultado**
895 **Esperado:** Conhecer o universo de estabelecimentos sujeitos a controle sanitário, cujos dados
896 irão apoiar a elaboração de ações e fiscalização em VISA a serem executadas. Nivelar ações e
897 medidas adotadas pelos profissionais de VISA e gestores no cumprimento de seu papel.
898 **Responsáveis:** VISA Municipal e Gerência de Informática da AMS. - VISA. **Prazo:** 1º Sem 2º
899 Sem. **Recursos Financeiros/Ano:** Parceria com ACS ou ACE para realização do cadastro,
900 mediante preenchimento de formulário pré estabelecido. Recursos humanos já existente.

901 **GRUPO I – AÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO.**
902 **Área:** 4 - Gestão de Pessoas (RH). **Ação/Atividades:** 1 .Dar continuidade ao plano de
903 capacitação de recursos humanos em VISA. 2. Ampliar o quadro de profissionais em 08
904 servidores. **Meta/Resultado Esperado:** Contribuir na qualificação dos profissionais para
905 garantir a cobertura das diversas ações, de acordo com as necessidades e os riscos sanitários a
906 que está exposta a população. **Responsáveis:** VISA e Gerência de Educação em Saúde.
907 DISA/DGTES/Gestão pública. **Prazo:** Março a Dezembro. 1º Sem.**Recursos Financeiros/Ano :**
908 Parceira com DGTES, através da Gerência de Educação em Saúde. SMS. **GRUPO II – AÇÕES**
909 **ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO. Área:** 1-
910 Produtos, serviços e ambientes de interesse a Saúde. 2. Educação e comunicação em saúde para
911 a sociedade. 3 -_Ações integradas de saúde Estrutura administrativa e operacional. 4 - Ações
912 Intersetoriais. 5 - Ações Laboratoriais. **Ação/Atividades:** 1.Realizar inspeção sanitária em
913 estabelecimentos sujeitos a controle sanitário, conforme o disposto na planilha – Anexo IV.
914 2.Fazer busca ativa de:Clinicas e consultórios odontológicos;Estabelecimentos com SIM;
915 Supermercados e hipermercados;Indústrias e distribuidores de produtos de origem animal
916 (exceto Decreto Federal 30.691/52 MAPA);Academias, clubes sociais, escolas de natação e
917 congêneres;Centro de educação infantil. 3. Realizar coleta de amostra para análise de produtos
918 atendendo programas nacionais e situações de risco: Monitoramento da qualidade da água
919 tratada utilizada em diálise e das piscinas de clubes recreativos e escolas de
920 natação.Monitoramento de alimentos em situações de surtos e programas específicos (leite e
921 outros) Monitoramento da qualidade de medicamentos; - Monitoramento da água para
922 consumo humano, priorizando sistema alternativo coletivo e individual. 4.Proceder à
923 investigação de: - Surtos de doenças transmitidas por alimentos - Intoxicações, reações
924 adversas e queixas técnicas em relação a medicamentos, produtos para a saúde e outras
925 substâncias de interesse sanitário; - Acidentes de trabalho graves e intoxicação por agrotóxico.
926 5.Avaliar os cursos para manipuladores de alimentos ministrados pelas instituições conveniadas.
927 5.Avaliar os cursos para manipuladores de alimentos ministrados pelas instituições conveniadas.
928 1.Promover atividade educativa para profissionais do setor regulado e comunidade, abrangendo
929 as diversas áreas de atuação da VISA;. 2.Elaborar DVD contendo informações sobre VISA (O
930 que é esta tal de VISA?), Direitos, onde reclamar, etc. 3 .Adequar os registros e controle das
931 informações referentes ao universo de denúncias/reclamações. 1.Implementar o procedimento
932 de notificação e investigação em conjunto com a Vigilância Epidemiológica e Núcleo de Saúde
933 do Trabalhador. 2.Participar no processo de capacitação destinada às equipes de saúde da família
934 referente ações básicas em VISA. 1.Fortalecer as ações intersetoriais já existentes para intervir
935 nas situações de risco sanitário em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura,
936 Educação, Meio Ambiente, Idoso, Ação Social, Alvará, ANVISA e PROCON. 1 .Ampliar os
937 parâmetros de análises e dar manutenção ao laboratório de monitoramento de qualidade da água
938 para consumo humano; 2. Coleta para imunofluorescência/prova biológica para raiva animal
939 (busca ativa HV e Clinicas Veterinária); 3. Buscar parcerias para monitoramento e controle de
940 animais abandonados (castração, doação, etc). **Meta/Resultado Esperado:** Dimensionar riscos e
941 resultados em relação a produtos, serviços e ambientes de interesse da Saúde Pública. Promoção
942 da saúde e prevenção de riscos a saúde pública. Manipuladores bem informados e capacitados.
943 Setor regulado e comunidade com informações sobre VISA e Prevenção de agravos.
944 Conhecimento de riscos sanitários e oferecer suporte à gestão dos serviços. Integralidade das
945 ações de atenção a saúde. Atenção primária executando ações básicas de vigilância sanitária,
946 reconhecer riscos. Intervenção no risco sanitário. Realização de análises de água com maior
947 agilidade para promover intervenção rápida; Monitoramento da Raiva animal. Eliminar riscos
948 sanitários. **Responsáveis:** Equipe da VISA Municipal. Equipe VISA/AL VISA. VISA. VISA.
949 VISA/DAS. VISA, em parceria com todas as Secretarias afins. VISA. **Prazo:** Janeiro a
950 dezembro. 1º Sem. 1º Sem. Abril. 1º Sem. 4º.Tri. Janeiro a dezembro. 1º Sem. **Recursos**

951 **Financeiros/Ano.** Recurso da VISA/SMS. R\$ 5.000,00. Sem aumento de custo. Rever processo
 952 de trabalho e sistema de informação-SIP. Sem aumento de custo. Recursos Municipais. Sem
 953 aumento de custo. Já existente. R\$ 29.000,00. Sem aumento de custo/LACEN. **ANEXO IV -**
 954 **INSPEÇÃO SANITÁRIA 2012-2013. – GRUPO III - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O**
 955 **GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO - Inspeção Sanitária. Estabelecimento:**
 956 Hospitais: N° Unidades – 27. **Meta de Inspeção (%).** 28 (100%). **Responsável:** VISA Local.
 957 **Período de execução:** 3/mês conforme cronograma estabelecido. **Meio de Verificação:**
 958 Relatório de Inspeção e. **Apoio:** -. **Estabelecimento:** Clínicas Médicas, Consultórios. N°
 959 **Unidades:** 950. **Meta de Inspeção (%):**95 (10%). **Responsável:** VISA Local. **Período de**
 960 **execução:** 07/mês. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** - .
 961 **Estabelecimento:** Clínicas Odontológicas, consultórios. N° **Unidades:** 668. **Meta de Inspeção**
 962 **(%).**334 (50%). **Responsável:** VISA Local. **Período de execução:** 27 / mês. **Meio de**
 963 **Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** - . **Estabelecimento:** Laboratórios
 964 Clínicos. N° **Unidades:** 30. **Meta de Inspeção (%):**30 (100%). **Responsável:** VISA Local.
 965 **Período de execução:** 3/mês. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:**
 966 **-.** **Estabelecimento:** Salão de beleza, Centro de Estética. N° **Unidades:** 258. **Meta de Inspeção**
 967 **(%).**52 (20%). **Responsável:** VISA Local. **Período de execução:** 5/mês. **Meio de Verificação:**
 968 Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** -. **Estabelecimento:** Serviços de Prótese Dentária.
 969 N° **Unidades:** 14. **Meta de Inspeção (%):**03 (20%). **Responsável:** VISA Local. **Período de**
 970 **execução:** 1 a 2/mês. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** -.
 971 **Estabelecimento:** Hemocentro Regional. N° **Unidades:** 01. **Meta de Inspeção (%):**01 (100%).
 972 **Responsável:** Visa Local. **Período de execução:** setembro. **Meio de Verificação:** Relatórios de
 973 Inspeção e Produção. **Apoio:** 17ª RS. **Estabelecimento:** Agência Transfusional. N° **Unidades:**
 974 03. **Meta de Inspeção (%):**03 (100%). **Responsável:** Visa Local. **Período de execução:**
 975 setembro. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** 17ª RS.
 976 **Estabelecimento:** Terapia Renal Substitutiva. N° **Unidades:** 04. **Meta de Inspeção (%):**
 977 04(100%). **Responsável:** Visa Local. **Período de execução:** Julho. **Meio de Verificação:**
 978 Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** 17ª RS, 18ª RS e DACA. **Estabelecimento:**
 979 Indústria de Medicamentos. N° **Unidades:** 01. **Meta de Inspeção (%):** 01(100%).
 980 **Responsável:** VISA Local. Março. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção.
 981 **Apoio:** 17ª RS/SESA.. **Estabelecimento:** Distribuidora de Medicamentos. N° **Unidades:** 30.
 982 **Meta de Inspeção (%):**24 (80%). **Responsável:** VISA Local. **Período de execução:** 2/mês.
 983 **Meio de Verificação:** Relatório de Inspeção e Produção. **Apoio:** -. **Estabelecimento:**
 984 Farmácias. N° **Unidades:** 33. **Meta de Inspeção (%):**33 (100%). **Responsável:** Visa Local.
 985 **Período de execução:** 03/mês. **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção.
 986 **Apoio:** -. **Estabelecimento:** Drogeria. N° **Unidades:** 184. **Meta de Inspeção (%):**92 (50%).
 987 **Responsável:** Visa Local. **Período de execução:** 08/mês. **Meio de Verificação:** Relatórios de
 988 Inspeção e Produção. **Apoio:** -. **Estabelecimento:** Indústria de Saneantes. N° **Unidades:** Risco I
 989 Risco II 04. **Meta de Inspeção (%):**08 (50%). **Responsável:** Visa Local. **Período de execução:** 01/mês.
 990 **Meio de Verificação:** Relatórios de Inspeção e Produção. **Apoio:** -. Indústria de Cosméticos – Risco I
 991 11. 06 (50%). Visa Local. 01/bimestre. Relatórios de Inspeção e Produção. Indústria de Produtos
 992 Saúde. 16. 08 (50%). Visa Local. 01/mês jan a jul – 02/mês ago a dez. Relatório de Inspeção e
 993 Produção. Distribuidora de Produtos Médicos. 19 – 09 (50%). Visa Local. 01/mês jan a jul – 02/mês
 994 ago a dez. Relatórios de Inspeção e Produção. Empresa Esterilização: 01. 01 (100%). Visa Local.
 995 Novembro. Relatórios de Inspeção e Produção. BCTG: 02. 02 (100%). Visa Local. 01/semestre.
 996 Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio: SESA/PR. ILPs: 14. 14 (100%). Visa Local. 02/mês.
 997 Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio: Secretaria Idoso/PML. Hemodinâmica: 04 – 04 (100%).
 998 Visa Local. 1/trimestre. Relatório de Inspeção e Produção. Serviços de Fisioterapia, Fonoaudiologia,
 999 Nutricionista: 176. 35 (20%). Visa Local. 03/mês. Relatórios de Inspeção e Produção. Quimioterapias:
 1000 05. 05 (100%). Visa Local. Novembro. Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio: 17ª RS e DACA.

1001 Jateadoras: 02. 02 (100%). Visa Local. 1/semestre. Relatório de Inspeção e Produção. Marmorarias:
1002 30. 27 (90%). Visa Local. 03/mês. Relatórios de Inspeção e Produção. Radiodiagnóstico simples e
1003 contrastado (03 veterinário). 33. 33 (100%). Visa Local. 3/mês. Relatórios de Inspeção e Produção.
1004 Estabelecimento: Radiodiagnóstico odontológico que realizam exames extra-orais. Nº Unidades: 08.
1005 Meta de Inspeção (%):08 (100%). Responsável: VISA Local. 2 a cada trimestre. Meio de Verificação:
1006 Relatório de Inspeção e Produção. Apoio: -. Estabelecimento: Mamógrafos. Nº Unidades: 10. Meta de
1007 Inspeção (%):10 (100%). Responsável: VISA Local. Período de execução: 1/mês. Meio de
1008 Verificação: Relatório de Inspeção e Produção. Apoio: -. Estabelecimento: Medicina Nuclear. Nº
1009 Unidades: 03. Meta de Inspeção (%):03 (100%). Responsável: Estado. Período de execução: Estado.
1010 Meio de Verificação: Estado. Apoio: -. Estabelecimento: Tomografia. Nº Unidades: 09. Meta de
1011 Inspeção (%):09 (100%). Responsável: VISA Local. Período de execução: 1/mês. Meio de
1012 Verificação: Relatório de Inspeção e Produção. Apoio: -. Estabelecimento: Radioterapia. Nº
1013 Unidades: 02. Meta de Inspeção (%):02 (100%). Responsável: Estado. Meio de Verificação: Estado.
1014 Apoio: -. Estabelecimento: Centro de Educação Infantil. Nº Unidades: 150. Meta de Inspeção (%):150
1015 (100%) Responsável: VISA Local. Período de execução: 13/mês fev a dez. Meio de Verificação:
1016 Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio: Secretaria Educação/PML. Estabelecimento: Academia de
1017 Ginástica e Congêneres. Nº Unidades: 96. Meta de Inspeção (%):48 (50%). Responsável: VISA Local.
1018 Período de execução: 03/mês. Meio de Verificação: Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio: -.
1019 Estabelecimento: Lavanderias. Nº Unidades: 12. (%)Meta de Inspeção: 06 (50%). Responsável: VISA
1020 Local. Período de execução: 02/mês. Meio de Verificação: Relatórios de Inspeção e Produção. Apoio:
1021 A palavra passa a conselheira **Juvira Barbosa** que coloca que o decibelímetro mede as ondas sonoras
1022 e o máximo permitido é 80 decibéis, e por isso é importante usá-lo no ambiente de trabalho.A palavra
1023 passa a conselheira **Maria Ângela Magro**, que pergunta a **Drª Denise** de onde é o laboratório de água
1024 descrito na apresentação. **Drª Denise** responde que o laboratório é municipal e ainda não está
1025 credenciado junto ao LACEN, pois ainda falta alguns equipamentos e alguns insumos são muito caros
1026 e, por exemplo, se gasta três mil reais e o insumo dura 4 meses, e o que acontece é que hoje a UEL é
1027 quem tem feito as coletas de água, mas não se sabe até quando continuará a fazer.A palavra passa ao
1028 conselheiro **Eliel Joaquim** que diz que fez parte do processo colocado pela **Drª Denise** e se precisa
1029 realmente desta estrutura para dar uma satisfação aos nossos municípios, por isso vota e apóia esta
1030 proposta, pois dará uma estrutura ótima ao trabalho.A palavra passa a conselheira **Ana Paula**
1031 **Cantelmo**, que inicia dizendo que a Santa Casa tem muito contato com a vigilância e é uma equipe
1032 muito prestativa.Cantelmo prossegue e diz que gostaria de fazer algumas sugestões, pois existe todo
1033 um planejamento em relação aos estabelecimentos, sendo que na página 35 temos a inspeção
1034 indústrias de produtos de saúde e a meta é trabalhar em 50% das 16, por isso, gostaria de sugerir que a
1035 VISA alcançasse 100%, porque é um segmento de produção de produtos de saúde e uma coisa
1036 preocupante.Cantelmo continua e diz que em relação ao estabelecimento referente as clínicas de
1037 estéticas e fisioterapias, a meta de inspeção é de 20% das 176 existentes, por isso, gostaria de sugerir
1038 que na medida do possível se faça uma avaliação dentro da área de fisioterapia se não seria possível
1039 alcançar um pouco mais destas entidades.A palavra passa a conselheira **Lazara Regina Resende**, que
1040 pergunta se o número de profissionais é suficiente para atender toda a demanda.A **Drª Denise** coloca
1041 que o número de profissionais não é suficiente e a demanda aumenta constantemente, e no ano
1042 passado foi criada uma regulamentação referente a validade da licença, onde os estabelecimentos de
1043 baixo risco foi colocado uma validade de 2 e 3 anos, para não nos preocuparmos com eles e se dedicar
1044 mais tempo aos de alto risco, e isso é algo que deve entrar na agenda regulatória do estado ainda este
1045 ano e deve ser seguida esta linha e a legislação permite isto, sendo que tempo todo o processo de
1046 trabalho esta sendo revisto do intuito de otimizá-lo, e hoje se tem em torno de 40 profissionais
1047 realizando fiscalização.A palavra passa à conselheira **Julia Miyamoto** coloca que gostaria de saber da
1048 VISA a respeito da questão dos ferros-velhos, em especial a um situado na Vila Nova, pois já foi feito
1049 denúncias sobre o problema que o ferro velho tem gerado, e em uma reunião na associação de
1050 moradores com a presença de 3 vereadores foi dito até que deve haver gente poderosa envolvida, pois

1051 o problema nunca é solucionado e já faz anos que se tem lutado contra o problema. A palavra passa ao
1052 secretário de saúde **Edson Antônio de Souza**, que coloca em votação a **Aprovação do Plano de**
1053 **Ação Anual em VISA 2012, feito que é obtido de forma unânime por todo o conselho.** Edson da
1054 seqüência a reunião e passa ao ponto de pauta seguinte: **Aprovação do trabalho da equipe de**
1055 **Consultório de Rua-Ângela M. Gruener Lima.** Angela inicia dizendo que foi enviado nos envelopes
1056 dos conselheiros um relato das reuniões e que culminou com a implantação do consultório de rua, por
1057 isso entende que é uma mera formalidade no processo de cadastramento do serviço e por isso deve ser
1058 submetido à aprovação do CMS, sendo que esta portaria foi publicada no ultimo dia 1º de março e a
1059 intenção era a de se conduzir um consultório de rua por iniciativa Municipal, mas como houve a
1060 publicação em março, com esta possibilidade de cadastramos o serviço e passarmos a receber o valor
1061 da modalidade 2 no valor treze mil, esta sendo submetido a aprovação do conselho para que seja dado
1062 segmento ao processo de cadastramento. **Ângela** finaliza e se coloca a disposição para qualquer
1063 esclarecimento. O conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e pergunta como funciona o
1064 consultório de rua. **Ângela M. Gruener Lima** responde que o consultório de rua está dentro da
1065 atenção básica para atender as pessoas em situação de rua, entendendo que são usuários que tem
1066 demanda diferenciadas e estão fora do sistema de saúde, e requer, a partir do estabelecimento de
1067 vínculo, abordagens, encaminhamentos e atenção a suas necessidades imediatas, sendo que o grande
1068 papel do consultório de rua é o de articulador de rede, pois os moradores não se enquadram nas regras
1069 do sistema. **Ângela** diz que hoje há um quantitativo de 220 pessoas em situação de rua, sendo que nem
1070 todos efetivamente como moradores, pois há aquele que estão e fase transitória, e hoje existe um dado
1071 estatístico de que foram realizadas 96 abordagens, destas, 24 pessoas estão como adotadas e metade
1072 destas já foi feito encaminhamento para as redes de serviço, sendo que o consultório continua dando
1073 assistência para estas pessoas. **Ângela** finaliza e diz que o papel do consultório de rua é tanto entre a
1074 rede de serviço quanto com a rede externa e parcerias. A palavra passa à conselheira **Julia Miyamoto**,
1075 que parabeniza o trabalho junto aos moradores de rua. A conselheira **Juvira Barbosa** pergunta se o
1076 consultório de rua atende o caso de pessoas que tem transtorno mental, vivem com a família e
1077 esporadicamente entram em crise e vão para as ruas e passam a usar drogas, e é possível que o
1078 familiar tenha um telefone para entrar em contato e comunicar estes casos. **Ângela M. Gruener Lima**
1079 faz uso da palavra e diz que o trabalho não é no sentido de uma abordagem direta e de emergência e
1080 sim de atendimento programado, sendo que é importante frisar que o consultório de rua não vem
1081 suprir nenhum atendimento ou serviço existente, mas vem como um articulador. A conselheira **Joelma**
1082 **Apda de Souza Carvalho** faz uso da palavra e diz que o trabalho do consultório de rua é muito
1083 importante, pois trata de uma clientela difícil e cabe a todos os conselheiros estar explicando lá fora
1084 este trabalho que será feito e devemos valorizar os trabalhos que estão dando certo, sendo que gostaria
1085 de registrar o excelente trabalho realizado pelo setor de apoio social na Villa da Saúde, na distribuição
1086 de medicamentos a população usuária, pois tem recebido telefonemas de usuários elogiando o
1087 atendimento deste serviço. A palavra passa a conselheira **Maria Ângela Magro**, que pergunta a
1088 **Ângela** quantas equipes já estão formadas. **Ângela M. Gruener Lima** faz uso da palavra e diz que há
1089 1 equipe formada que é o que a cidade de Londrina comporta segundo o M.S. A conselheira **Maria**
1090 **Ângela Magro** pergunta se essas 220 pessoas são cadastradas no bolsa morador de rua. O secretário de
1091 saúde **Edson Antonio de Souza** coloca que pode ser que algumas dessas pessoa estejam cadastradas
1092 no bolsa morador de rua. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** pergunta se as pessoas atendidas pelo
1093 consultório de rua são levadas independente de sua vontade. **Ângela M. Gruener Lima** faz uso da
1094 palavra e diz que o objetivo do consultório de rua é estabelecer vínculo e não de “limpa-rua”, e
1095 depende do interesse da pessoa. A palavra passa ao conselheiro **Carlos Enrique Santana**, que diz que
1096 este serviço é importante para a cidade de Londrina que tem uma grande população de rua, pois a
1097 saúde pública é feita para as pessoas sem condição de sobrevivência. O conselheiro **Edson Facundo**
1098 faz uso da palavra e diz que o trabalho da equipe, apesar de reduzida, é excelente, e Londrina sempre
1099 precisou de um trabalho como este para esta comunidade. A conselheira **Nadya Christiane S.**
1100 **Pellizzari** faz uso da palavra e diz que o trabalho do consultório de rua é importante e saiu da ultima

1101 ou penúltima conferência de saúde, e fora este trabalho, existem outros serviços que a saúde mental
1102 esta precisando e é preciso se levantar isto, e é preciso verificar com mais atenção a questão das
1103 pessoas com transtorno mental e que estão nas ruas. A palavra passa a conselheira **Ana Paula**
1104 **Cantelmo**, que coloca que segundo o breve histórico apresentado, houve o envolvimento de outras
1105 secretarias e é importante observar que isto é possível. **Cantelmo** continua e diz que é importante
1106 salientar o trabalho da secretaria da mulher, pois sempre se viu muita disposição e uma preocupação
1107 da secretaria da mulher em relação às questões de saúde mental da mulher e seria interessante chamá-
1108 los para participar do trabalho do consultório de rua. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza**
1109 coloca em votação **Aprovação do trabalho da equipe de Consultório de Rua, feito que é obtido de**
1110 **forma unânime por todo o conselho.** **Edson Antônio de Souza** faz uso da palavra e passa ao ponto
1111 de pauta seguinte: **Relatório da comissão da Câmara Técnica.** O conselheiro **Eliel Joaquim** pede
1112 para que secretária do conselho **Sandra Bavia** faça a leitura do Relatório da Comissão da Câmara
1113 Técnica. Sandra faz uso da palavra e faz a leitura do documento: *Aos cinco dias do mês de abril de dois*
1114 *mil e doze, às quatorze horas e quinze minutos, na sala de Reuniões, localizada no prédio da*
1115 *Secretaria Municipal de Saúde, após a certificação do quórum necessário, reuniram-se os membros*
1116 *da CÂMARA TÉCNICA: 1). Eliel Joaquim dos Santos, como coordenador e Sílvia Karla*
1117 *A.V.Andrade como relatora da comissão. 2). Elencada a pauta da reunião como sendo a discussão*
1118 *dos Projetos de Lei nº 429/2011, PL 96/2011, PL 19/2012 e PL 95/2011. 3). Em análise ao PL*
1119 *429/2011, a Comissão reitera a nova proposta de redação já sugerida na reunião anterior desta*
1120 *Comissão, como sendo: Caberá a entidade eleita para o Conselho Municipal de Saúde a indicação de*
1121 *titulares e/ou suplentes substitutos para novos pleitos, procurando promover a renovação de seus*
1122 *representantes, respeitando a autonomia de cada entidade. 4). Em análise ao PL 95/2011, a*
1123 *Comissão posiciona-se contrária ao Projeto de Lei considerando a impossibilidade de oferecimento*
1124 *da rede de saúde existente às universidades como campo de estágio, sendo que há convênios vigentes*
1125 *apropriados para atuação de profissionais – alunos entre as universidades e o serviço municipal de*
1126 *saúde. Outra justificativa baseia-se na experiência acompanhada como mal sucedidas em outros*
1127 *locais do país. 5). Em análise ao PL 237/2011, a Comissão é informada que o projeto foi retirado da*
1128 *pauta de votação da Câmara Municipal de Saúde, digo, de Londrina por tempo indeterminado. 6).*
1129 *Em análise ao PL 19/2012, que considera a alteração da Lei Municipal 11.200/2011 para inclusão*
1130 *das categorias gestantes e crianças com até 3 anos de idade, em debate à questão foram*
1131 *considerados os seguintes parâmetros: a Lei embora em vigor, não representa uma funcionalidade*
1132 *para o sistema, considerando a necessidade de implantação do sistema de classificação de risco para*
1133 *o acolhimento de todos os pacientes a serem atendidos em serviços de saúde, tanto eletivos quando de*
1134 *urgência. Também foram consideradas pela comissão, a importância de oportunizar o atendimento*
1135 *com prioridades e alternativas para o agendamento quando necessário. Entretanto, a Comissão*
1136 *posiciona-se contrária ao presente projeto. Assinam abaixo os presentes. Sílvia Karla A.V.Andrade,*
1137 *Eliel Joaquim dos Santos, Paulo Fernando Moraes Nicolau, Adilson Castro, Edson Facundo, Nilton*
1138 *Aparecido C.de Oliveira.* A palavra passa ao conselheiro **Eliel Joaquim**, que inicia dizendo que
1139 referente ao projeto 429, fez uma discussão dentro de sua entidade, onde foi deliberado de formar
1140 contrária ao projeto, o qual diz que as entidades eleitas pelo pleito não poderão mais indicar o
1141 conselheiro que já passou por uma gestão, e é importante que fique claro que isso não é função da
1142 câmara de vereadores, pois cada entidade precisa ter a sua autonomia. Eliel continua e diz que quando
1143 chegou nesta reunião, o secretária do conselho lhe apresentou novamente o projeto 237 e com um
1144 prazo de 15 dias para parecer do CMS, sendo que havia sido definido que estava definitivamente fora
1145 de pauta. Eliel continua e diz que o SINDPREVS não mudara sua posição, mas a comissão da câmara
1146 técnica estará se reunindo novamente para ser refeita a discussão e um relatório muito mais
1147 abrangente, contundente e definitivo, pois a comissão é contrária tudo isto que está colocado. A
1148 conselheira **Maria Osvaldina** faz uso da palavra e diz que o CONSUL é contra todos os projetos em
1149 discussão, inclusive o que fala que as entidades não poderão indicar seus representantes, sendo que
1150 inclusive um regimento interno federal diz que “qualquer alteração na organização do conselho de

1151 *saúde deve preservar o que está garantido em lei, além disso, para se alterar a organização do*
1152 *conselho que se encontra estabelecida em seu regimento interno, é necessário que o próprio conselho*
1153 *faça a proposta e vote em reunião plenária, e o prefeito ou o gestor deve homologar a mudança”,*
1154 então, se for assim, o vereador só poderia ficar 1 ano também. A palavra passa a conselheira **Isaltina**
1155 **Pires Cardoso**, que coloca que o que a vereadora está propondo é uma alteração na lei 4.911, isso
1156 teria de partir dos conselheiros, e a resolução 333 do CNS recomenda que o conselheiro não seja
1157 ligado a cargos de comissões e a partido político, sendo que acredita que em uma cidade de 560 mil
1158 habitantes os vereadores não estão achando o que fazer e vem mexer na lei que representa o conselho,
1159 pois deve ter coisas muito mais importantes para fazer do que uma arbitrariedade destas que quer
1160 cercear o direito das entidades, sendo que ninguém vem se meter no regulamento da câmara, por isso
1161 concorda com a conselheira Nizinha e é contrária a tudo, e os vereadores que procurem o que fazer. A
1162 conselheira **Juvira Barbosa** faz uso da palavra e diz que é contra todos os projetos de lei, inclusive já
1163 foi protocolada uma posição contrária ao projeto 237/2011, que de longe se vê que é prejudicial à
1164 população, pois o que se quer é autarquia e o que se quer é a possibilidade de exercer o controle
1165 social. A palavra passa a conselheira **Isaltina Pires Cardoso**, que inicia dizendo que no projeto de lei
1166 do **Drº Marcio**, no artigo 8, diz “*hospital do município, modelo do sistema municipal de saúde,*
1167 *escola*”, e com certeza se trata do HU onde o Drº foi diretor, pois pelo que sabe a Prefeitura de
1168 Londrina não tem escola de saúde. A palavra passa a conselheira **Maria Ângela Magro** que coloca
1169 que a comissão já discutiu o projeto 429, e é difícil para nós vir aqui, não ganhar salário nenhum, se
1170 expor, trabalhar e alguém gerenciar que vai e quem não vai, sendo que ninguém a busca de carro e
1171 paga seu almoço nos dias de reunião, por isso, gostaria que se eles tivessem algo para melhorar a
1172 situação dos conselheiros, que isso fosse colocado na pauta também. A palavra passa a conselheira
1173 **Joelma Apda de Souza Carvalho** que inicia dizendo que infelizmente ou não, são os vereadores que
1174 votam as leis, e é preciso mudar a lei que rege o conselho, e é neste ponto que se pede o apoio dos
1175 vereadores, porque o nosso conselho não está paritário, e inclusive é necessário reunir a comissão
1176 urgentemente que já vinha trabalhando projeto de lei, para que então se encaminhe ao Prefeito e
1177 posteriormente a CML para ser votado, e é nesta hora que será preciso o apoio da vereadora Lenir e
1178 dos demais, mas, se meter em um assunto que é decisão as entidades é algo que não dá para
1179 concordar. **Joelma** continua e diz que não entende o porque destes projetos estarem novamente em
1180 discussão, já que eles já passaram pelo conselho e este emitiu parecer contrário. A palavra passa a
1181 conselheira **Adriana Xavier Dorta** que diz que embora as leis sejam votadas pelos vereadores, a
1182 justificativa apresentada no projeto 429 não é cabível, porque eu posso simplesmente colocar a Maria no
1183 lugar da Joelma no conselho no ano que vem e fazer isso influenciada pela Joelma, por isso
1184 precisamos pensar em um âmbito maior, na questão da capacitação e das pessoas que vão estar
1185 ingressando dentro dos conselhos, de forma a incentivar as entidades que irão estar propondo um
1186 participante a entrar no conselho, para que ele esteja apto a aprender e não chegar em uma reunião do
1187 CMS e prejudicar os trabalhos e o andamento da reunião. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** faz uso
1188 da palavra e diz que no tocante ao projeto 429, acredita que o que deve ser respondido aos vereadores
1189 é questões referentes aos conselheiros devem ser encaminhadas a nossa comissão de ética e que já
1190 existe dentro do próprio conselho uma instância com a atribuição de avaliar condutas. A palavra passa
1191 a conselheira **Maria Osvaldina** que inicia dizendo que a questão da fundação surgiu no governo Lula
1192 no ano passado e ele somente não colocou para não prejudicar a Dilma na eleição, sendo ainda que
1193 estas fundações não deram certo em Brasília, Curitiba e São Paulo e isso é uma coisa que não deve
1194 passar. O conselheiro Eliel Joaquim coloca que já foi feita uma resposta para a vereadora Lenir e que
1195 não deve ser feito mais nenhuma resposta. O secretário de saúde coloca em votação a proposta da
1196 acatar o **parecer da câmara técnico contrário aos projetos de lei 429/2011, 95/2011 e 19/2011,**
1197 **feito que é obtido de forma unânime por todo o conselho.** O secretário de saúde **Edson Antonio de**
1198 **Souza** faz uso da palavra e propõe que o ponto de pauta “**Apresentação e Aprovação do Consórcio**
1199 **Paraná Saúde**” seja apresentado no próximo dia 25/04 em uma reunião extraordinária do C.M.S, no
1200 auditório da Maternidade, das 14:00 as 16:00 horas. **Apos a votação a proposta é aprovada com as**

1201 **seguintes observações:**A conselheira **Joelma Ap^a Carvalho** justifica que não poderá participar da
1202 reunião pois estará em Curitiba em reunião do CES, assim como sua suplente Elizabeth.O conselheiro
1203 Ângelo Caíres justifica que não poderá participar da reunião, pois estará em Curitiba na reunião do
1204 CES.O secretário de saúde Edson Antonio de Souza e coloca que é necessária a indicação de 1
1205 conselheiro para participar do curso de capacitação na cidade de Curitiba.É indicada por aclamação à
1206 conselheira **Juvira Barbosa de Souza Cordeiro e como suplente a conselheira Adriana Xavier**
1207 **Dorta.** O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** pede para que seja indicada 2 pessoas
1208 referente ao SARGSUS para que tenham acesso especial as bancos de dados para homologação após
1209 análise e aprovação pelo conselho.São indicadas por aclamação as conselheiras **Juvira Barbosa de**
1210 **Souza Cordeiro e Elizabeth Bueno Candido.** O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** pede
1211 para que seja indicado o nome de 1 pessoa para compor a comissão fiscal do CISMENPAR.É indicado
1212 o nome do conselheiro **Edson Facundo.**Não havendo mais assuntos a serem tratados, o secretário de
1213 saúde Edson Antônio de Souza encerra a reunião.Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz
1214 Oliveira Silva, Divina Alves T.Marcucci, revisada por Sandra Bavia, e será assinada pelos
1215 conselheiros abaixo:

1216			
1217	Titular	Edson Antonio de Souza
1218			
1219	Suplente	Adilson de Castro	Ausente com justificativa
1220			
1221			
1222	Titular	Djamedes Maria Garrido
1223	Suplente	Maria Cristina Rodrigues Gil	Ausente
1224			
1225	Titular	Alberto Toshio Oba
1226	Suplente	Janaina Mazzer Salinet
1227			
1228	Titular	Ângelo Caíres
1229	Suplente	Sueli Regina Cabral	Ausente
1230			
1231	Titular	Lazara Regina de Rezende
1232	Suplente	Carmem Lúcia Lazara Garcia
1233			
1234	Titular	Isaltina Pires Cardoso
1235	Suplente	Sandra Iara Sterza
1236			
1237	Titular	Eliel Joaquim dos Santos
1238	Suplente	Nadya Christiane S. Pellizzari
1239			
1240	Titular	Fahd Haddad
1241	Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz
1242			
1243	Titular	Mara Rossival Fernandes
1244	Suplente	Artemízia Bertolazzi Martins	Ausente com justificativa
1245			
1246	Titular	Denise Akemi Mashima	Ausente com justificativa
1247	Suplente	Margarida de Fátima F. Carvalho	Ausente com justificativa
1248			
1249	Titular	Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade	Ausente com justificativa
1250	Suplente	Paulo Roberto Franzon

1251			
1252	Titular	Paulo Fernando de Moraes Nicolau
1253	Suplente	Nobuaqui Hasegawa
1254			
1255	Titular	Maria Ângela Magro
1256	Suplente	Natal de Oliveira
1257			
1258	Titular	Valmir Alves da Rocha	Ausente com justificativa
1259	Suplente	Ivete Nóbile	Ausente
1260			
1261	Titular	Eliane da Silva Nascimento
1262	Suplente	José Aparecido Martins	Ausente
1263			
1264	Titular	Nilton Apº Camargo de Oliveira
1265	Suplente	Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)
1266			
1267	Titular	Maria Osvaldina de Mello Oliveira
1268	Suplente	Elaine Bordin
1269			
1270	Titular	Juvira Barbosa de Souza Cordeiro
1271	Suplente	Carlos Enrique Santana
1272			
1273	Titular	Rosicler Amarins de Moura Vaz	Ausente com justificativa
1274	Suplente	Antonio Barrichello
1275			
1276	Titular	Julia Satie Miyamoto
1277	Suplente	Honorina I. Silva Santo	Ausente.
1278			
1279	Titular	Adriana Xavier Dorta
1280	Suplente	Edson Facundo
1281			
1282	Titular	Cícero Cipriano Pinto	Ausente
1283	Suplente	Marcos Adirley Alves	Ausente
1284			
1285	Titular	Joelma Apda de Souza Carvalho
1286	Suplente	Elizabeth Bueno Candido
1287			
1288	Titular	Ildo Ióris
1289	Suplente	Ana Bárbara de T. Lourenço Jorge	Ausente
1290			